

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS

**CSHG MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO  
EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**  
("FUNDO")

CNPJ Nº 09.308.952/0001-41

**R\$ 5.000.000,00**  
(cinco milhões de reais)



Rating Preliminar: Austin Rating B+

CÓDIGO ISIN: BRCSHGCTF008

Classificação do FUNDO junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e à Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID")

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

**Base Legal:** O FUNDO está em conformidade com as Instruções da CVM nºs. 356/01, 400/03 e 444/06.

REGISTRO NA CVM mediante correspondência protocolada em 15 de abril de 2008 e Resposta ao Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 852/2008, protocolada em 19 de junho de 2008.

Registro de distribuição concedido pela CVM em 04 de agosto de 2008, sob o nº CVM/SRE/RFD/2008/043.

O Instrumento Particular de Constituição do FUNDO, do qual o Regulamento constitui o anexo, foi firmado em 26 de dezembro de 2007 e registrado no 3º Ofício de Títulos e Documentos de São Paulo, sob o nº 8.649.125 em 26 de dezembro de 2007. Em 15 de janeiro de 2008 foi firmado o Instrumento Particular de Re-ratificação do Instrumento Particular de Constituição do FUNDO, registrado no mesmo cartório, sob o nº 8.650.967 em 16 de janeiro de 2008 e o Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do FUNDO registrado no mesmo cartório, sob o nº 8680418 em 19 de junho de 2008.

**EMIÇÃO DE ATÉ 5 (CINCO) QUOTAS, DA ÚNICA ESPÉCIE, FORMA E CLASSE EXISTENTE NO FUNDO, AO PREÇO UNITÁRIO DE R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS), CONFORME REGULAMENTO DO FUNDO CONSTATANTE DO ANEXO.**

**AS QUOTAS DO FUNDO NÃO TERÃO PARÂMETRO DE RENTABILIDADE PRÉ-DETERMINADO**

**O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM OU DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, SEU ADMINISTRADOR E DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.**

**O INVESTIMENTO NO FUNDO SUJEITA O INVESTIDOR A RISCOS. OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO NAS PÁGINAS 007 A 009 DESTE PROSPECTO. AINDA QUE A GESTORA MANTENHA UM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS INVESTIDORES.**

**ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM SIGNIFICATIVAS PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.**

O FUNDO, constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos que destina parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido para a aplicação em direitos creditórios não-padroneizados e o restante nas demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observadas as limitações previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor.

O FUNDO é administrado pela **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º andares (parte), Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61 e distribuído pela **CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A.**, com endereço na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre IV, 7º andar, Itaim, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.809.182/0001-30 ("ADMINISTRADORA").

O FUNDO é gerido pela **CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO ASSET MANAGEMENT S.A.**, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre III, 6º andar, Itaim, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 68.328.632/0001.12 ("GESTOR").

*A rentabilidade obtida no passado não implica em rentabilidade futura.*

*As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o regulamento do FUNDO ("Regulamento"), porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, ressaltando a importância das seções "Fatores de Risco" e "Política de Investimento".*

*Todo e qualquer quotista, ao ingressar no FUNDO, deve atestar, por meio de termo de adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do FUNDO e de sua política de investimento, das taxas devidas à ADMINISTRADORA e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do FUNDO.*

*Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários, bem como às disposições do Código de Auto-Regulação da Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID para os Fundos de Investimento.*

O ADMINISTRADOR, POR SEU DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO LUIS STUHLBERGER, DECLARA QUE É RESPONSÁVEL PELA VERACIDADE, CONSISTÊNCIA, QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS POR OCASIÃO DO REGISTRO E FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE A DISTRIBUIÇÃO.

ADICIONALMENTE, O ADMINISTRADOR, NA QUALIDADE DE COORDENADOR DA DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA, POR SEU DIRETOR RESPONSÁVEL ANDRÉ LUIS DE SANTOS FREITAS, DECLARA QUE SÃO VERDADEIRAS, CONSISTENTES, CORRETAS E SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES UMA TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA; E AINDA, DECLARA QUE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO MERCADO DURANTE TODO O PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO, INCLUSIVE OS EVENTUAIS OU PERIÓDICAS E QUE VENHAM A INTEGRAR O PROSPECTO SÃO SUFICIENTES PERMITINDO AOS INVESTIDORES A TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA.

*Antes de tomar uma decisão de investimento no FUNDO, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir.*

*O investimento em quotas do FUNDO não contará com garantia da Instituição ADMINISTRADORA, do GESTOR ou do FUNDO Garantidor de Crédito - FGC.*

Administradora



**BNY MELLON**  
SERVIÇOS FINANCEIROS

Distribuidora Líder



**CREDIT SUISSE**  
CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO

A data deste Prospecto é 07 de outubro de 2008

## ÍNDICE

1.	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO .....	003
2.	CONDIÇÕES E PRAZOS DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO.....	003
3.	DIREITOS, E RESTRIÇÕES DAS QUOTAS .....	004
3.1.	Características das Quotas .....	004
3.2.	Emissão .....	004
3.3.	Colocação .....	004
	I. Emissão Inicial .....	004
	II. Cronograma da Oferta.....	005
3.4.	Alterações das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta .....	006
3.5.	Amortização.....	006
3.6.	Prazo de duração do FUNDO .....	006
4.	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS .....	007
5.	FATORES DE RISCO.....	007
6.	POLÍTICA DE INVESTIMENTO E INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	009
6.1.	Elegibilidade e Roteiro Operacional.....	009
6.2.	Taxa de Desconto.....	010
6.3.	Aprovação Prévia de Operações de Maior Relevância .....	011
6.4.	Política de Recuperação de Créditos .....	011
6.5.	Origem dos Direitos Creditórios .....	012
6.6.	Inadimplemento Perda e Pré-pagamento.....	012
7.	COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	012
8.	TAXAS E ENCARGOS .....	013
8.1.	Taxa de Administração e de Performance .....	013
8.2.	Encargos do FUNDO .....	014
8.3.	Custos da Distribuição .....	015
9.	PERFIL E HISTÓRICO DOS PRINCIPAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS .....	015
9.1.	Perfil e Histórico da Administradora .....	015
9.2.	Perfil e Histórico da Distribuidora Líder .....	015
9.3.	Perfil e Histórico do Gestor .....	016
10.	RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA .....	016
11.	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS.....	016
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	017
13.	TRIBUTAÇÃO.....	017
14.	ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS.....	018
15.	ANEXOS.....	019
	15.1. Re-Ratificação do Instrumento de Constituição e Regulamento do FUNDO .....	021
	15.2. Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do FUNDO em vigor.....	025
	15.3. Relatório Classificação de Risco .....	057

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO**

O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado.

O prazo de duração do FUNDO é de 6 (seis) anos, com início a partir da data de registro junto à CVM, podendo este prazo ser prorrogado ou reduzido por deliberação da assembléia geral de quotistas.

O Período de Investimento do FUNDO será de 2 (dois) anos contados a partir da primeira integralização de quotas do FUNDO.

O Período de Desinvestimento será de 4 (quatro) anos contados a partir do fim do Período de Investimento. Findo o Período de Desinvestimento o FUNDO será liquidado e seus ativos remanescentes serão distribuídos aos quotistas na forma deste Regulamento.

Os prazos do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento poderão ser alterados por decisão da assembléia geral de quotistas.

O Fundo tem por objetivo alcançar a melhor valorização possível de suas quotas, no longo prazo, e retorno superior à média alcançada por investimentos tradicionais de renda fixa no mercado.

O FUNDO aplicará seus recursos, preponderantemente, em direitos creditórios não-padronizados (“Direitos Creditórios”) vencidos e/ou a vencer que podem ser originados por operações financeiras, comerciais, imobiliárias, de prestações de serviços, de arrendamento mercantil e/ou industriais realizadas por instituições financeiras e outras sociedades atuantes no mercado brasileiro nos segmentos anteriormente referidos.

Os Direitos Creditórios serão sempre adquiridos pelo FUNDO, através de contratos de cessão de Direitos Creditórios (individualmente, “Contrato de Cessão”) celebrados com as Cedentes.

## **2. CONDIÇÕES E PRAZOS DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO**

As quotas serão nominativas e escriturais. Não será cobrada taxa de ingresso ou saída dos subscritores.

As quotas serão, inicialmente, de uma única série e classe. As quotas conferiram aos seus titulares iguais direitos e obrigações.

### **AS QUOTAS DO FUNDO NÃO TERÃO PARÂMETRO DE RENTABILIDADE PRÉ-DETERMINADO.**

As quotas serão subscritas no prazo máximo de distribuição de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da autorização do registro da distribuição pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, respeitadas eventuais prorrogações concedidas pela CVM.

Caso não seja subscrito o número máximo de quotas, mas se tenha alcançado o número mínimo, a ADMINISTRADORA poderá comunicar à CVM, e aos quotistas que já tenham subscrito quotas, a efetiva constituição do FUNDO e cancelar as demais quotas.

A colocação do FUNDO será pública, com a participação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

As quotas serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, débito ou crédito em conta corrente ou documento de ordem de crédito.

As quotas subscritas deverão ser integralizadas pelos quotistas em até 2 (dois) anos conforme chamados da ADMINISTRADORA e respeitados os termos do compromisso de investimento firmado pelos quotistas.

Caso a integralização de quotas caia em feriado nacional a integralização deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente, sem qualquer acréscimo.

### **3. DIREITOS, E RESTRIÇÕES DAS QUOTAS**

#### **3.1. Características das Quotas**

As quotas do FUNDO, expressas em reais, serão nominativas, escriturais e mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares.

As quotas emitidas pelo FUNDO serão, inicialmente, de uma única série e classe. As quotas conferirão aos seus titulares iguais direitos e obrigações.

No caso de liquidação do FUNDO, os titulares de quotas terão o direito de partilhar o patrimônio nas proporções dos valores para resgate de quotas, no limite desses valores. Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas.

Não haverá afetação ou vinculação de parcela do patrimônio do FUNDO a qualquer classe ou série de quotas.

A qualidade dos quotistas caracteriza-se pelo registro das quotas na conta de depósito aberta em seu nome.

#### **3.2. Emissão**

O FUNDO poderá emitir ao longo do período de investimento, a critério da ADMINISTRADORA e ouvido previamente o GESTOR, até 150 (cento e cinquenta) quotas. Inicialmente, o fundo contará com a emissão de 5 (cinco) quotas.

As quotas serão inicialmente emitidas pelo valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na emissão inicial. O valor das quotas do FUNDO será apurado através da divisão do Patrimônio Líquido do FUNDO, já deduzidas as taxas e despesas devidas pelo FUNDO, pelo número de quotas emitidas. Para cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor, serão deduzidas do valor entregue à ADMINISTRADORA as taxas e despesas convencionadas no Regulamento.

#### **3.3. Colocação**

Resumo:

##### **I. EMISSÃO INICIAL:**

Emissor: CSHG MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS

Administradora: BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Distribuidora Líder: CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A.

Valor total da emissão: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Valor mínimo da emissão: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Número de séries: Série única.

Prazo de Duração: O mesmo do Fundo.

Preço de subscrição da quota: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Quantidade de quotas: Até 5 (cinco).

Valor unitário das quotas: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Taxa de ingresso ou de saída do FUNDO: Não será cobrada dos subscritores.

Integralização: A integralização das quotas do FUNDO se dará em moeda nacional em até 2 (dois) anos conforme chamados da ADMINISTRADORA e respeitados os termos do compromisso de investimento firmado pelos quotistas.

Forma de colocação: Pública, com a participação de instituição privada integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.

Público Alvo: O FUNDO destina-se a receber aplicações de investidores qualificados (conforme definidos pela Instrução CVM nº 409/2004), não residentes ou residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do FUNDO. O valor mínimo de subscrição por investidor é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Somente é permitida a emissão e negociação de fração de quotas do FUNDO para os quotistas que possuam no mínimo uma quota subscrita. Não obstante o enquadramento nas características do público alvo, acima descritas, não serão permitidos, em qualquer momento, mais do que 20 (vinte) quotistas no FUNDO.

## **II. Cronograma da Oferta:**

Data de início de Distribuição:	07 de outubro de 2008
Prazo de Colocação:	até 03 de abril de 2009
Manifestação de aceitação da oferta pelos investidores:	até 01 de abril de 2008
Data de encerramento de Distribuição:	03 de abril de 2009 ou conforme anúncio de encerramento.
Divulgação do resultado da oferta:	Será divulgado o resultado da oferta por publicação em jornal do anúncio de encerramento, tão logo encerrada a distribuição.

O valor mínimo para subscrição é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e a integralização das quotas deverá ocorrer nacional em até 2 (dois) anos conforme chamados da ADMINISTRADORA e respeitados os termos do compromisso de investimento firmado pelos quotistas.

A primeira emissão de quotas do FUNDO será no valor máximo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e mínimo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). As quotas não subscritas até a data de encerramento da colocação pública de cada emissão serão imediatamente canceladas.

Após a emissão inicial, quaisquer novas emissões feitas pelo FUNDO poderão ser realizadas, até o limite de quotas indicado no *caput* do artigo anterior, se:

- a) a ADMINISTRADORA ouvido o GESTOR entender conveniente a distribuição de novas quotas do FUNDO;
- b) a ADMINISTRADORA contratar empresa especializada para desenvolvimento de laudo de avaliação das quotas do FUNDO, de modo a determinar o preço de subscrição das novas quotas, que não poderá ser inferior aos R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da emissão inicial, exceto no caso de deságio em razão de amortizações já efetivadas, ficando estipulado que o que exceder este valor será considerado como ágio nas novas emissões;
- c) a ADMINISTRADORA efetuar o registro de distribuição das novas quotas, nos termos da regulamentação vigente, devendo do pedido e do material de distribuição constar, no mínimo, as mesmas informações acima descritas para a distribuição inicial, sem prejuízo de outras exigidas pela legislação vigente.

### **3.4. Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta**

A ADMINISTRADORA poderá solicitar à CVM que permita a modificação ou revogação da oferta das cotas, na hipótese de se verificar alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo FUNDO e inerentes à própria oferta. O pleito de modificação da oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da oferta por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da oferta estabelecida pelo ofertante.

A revogação da oferta torna ineficazes, além da própria oferta, os atos de aceitação anteriores ou posteriores, sendo restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida à cotas ofertadas, acrescidos da respectiva remuneração incidente desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição.

Os investidores que já tiverem aderido à oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento, através de correspondência protocolada na sede da ADMINISTRADORA, o interesse em manter a aceitação da oferta, presumida a intenção de sua manutenção na hipótese de silêncio.

Na hipótese de o investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à presente oferta, terá direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às cotas subscritas, acrescidos da respectiva remuneração incidente desde a data de subscrição até a data da efetiva restituição.

### **3.5 Amortização**

A amortização das quotas do FUNDO atenderá o disposto na regulamentação vigente. Após os 03 (três) primeiros meses da emissão inicial, a ADMINISTRADORA, conforme orientação do GESTOR, trimestralmente, realizará amortizações, devendo, para isso, comunicar por escrito cada quotista por carta com aviso de recebimento ou através de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO, com um prazo mínimo de 3 (três) dias da data estabelecida para crédito da efetiva amortização. A amortização trimestral prevista neste Artigo 35 compreenderá todos os recursos líquidos existentes no caixa do FUNDO, provenientes do pagamento/liquidação ou alienação dos Direitos Creditórios, exceto a sobra, a ser definida pelo GESTOR e informada à ADMINISTRADORA com 10 (dez) dias de antecedência de cada amortização, para honrar os encargos do FUNDO pelos próximos 90 (noventa) dias.

Para efeitos de amortização de quotas, será considerado o valor da quota vigente na data de amortização, deduzido de eventuais despesas, tributos e taxas conforme estabelecido no Regulamento do FUNDO.

A amortização de quotas deverá ser feita através de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente do quotista.

Não haverá resgate de quotas a não ser por ocasião do término do prazo de duração do FUNDO ou de sua liquidação. Caso o resgate de quotas, a ocorrer nos referidos momentos, coincida com data que seja feriado na cidade de São Paulo ou na cidade do Rio de Janeiro, a efetivação do resgate será automaticamente postergada para o primeiro dia útil subsequente ao do feriado.

### **3.6 Prazo de duração do FUNDO**

O prazo de duração do FUNDO é de 6 (seis) anos, com início a partir da data do registro junto à CVM, podendo este prazo ser prorrogado ou reduzido por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

#### 4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da presente distribuição permitirão ao FUNDO a aquisição de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido em Direitos Creditórios não-padronizados, e o restante em outro ativos permitidos pela legislação aplicável ao FUNDO, conforme previsto no Regulamento do FUNDO.

#### 5. FATORES DE RISCO

A carteira do FUNDO, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados abaixo. O investidor, antes de adquirir quotas do FUNDO, deve ler cuidadosamente este item, responsabilizando-se pelo seu investimento em quotas do FUNDO.

As aplicações do FUNDO não contam com garantia de instituição ADMINISTRADORA, do GESTOR, do CUSTODIANTE, do Agente Cobrador ou do FUNDO Garantidor de Créditos – FGC.

O FUNDO não aplica em *warrants* e em contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como em títulos ou certificados representativos desses contratos.

Poderá ocorrer perda de capital investido, em decorrência do risco intrínseco aos ativos que compõem a carteira do FUNDO. Os principais fatores de risco a serem observados nessas hipóteses são:

a) **RISCO DE CRÉDITO DECORRENTE DO INVESTIMENTO PREPONDERANTE EM DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS:** consiste no risco dos Direitos Creditórios já adquiridos após o respectivo vencimento não serem pagos ou serem quitados parcialmente, em virtude do insucesso das ações de cobrança e/ou de limitações na capacidade financeira dos Devedores.

b) **RISCO DE CRÉDITO EM GERAL:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FUNDO, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. As aplicações do FUNDO em Direitos Creditórios caracterizam operações cujo risco de crédito se concentra, em primeira instância, na capacidade financeira de seus Devedores.

c) **RISCO DE LIQUIDEZ:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o GESTOR poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos, que podem, inclusive, obrigar a ADMINISTRADORA a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates aos quotistas do FUNDO, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

d) **RISCO DE MERCADO:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.

e) **AUSÊNCIA DE PRÉVIA E CLARA DEFINIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS:** Uma vez que a política de investimento do FUNDO está pautada na capacidade do GESTOR em identificar carteiras com taxa de desconto e custos de cobrança compatíveis com os objetivos de retorno do FUNDO, mas não atrelada a prazos, valores ou condições pré-definidas de origem e concessão dos créditos, a ausência de rígidos critérios de elegibilidade pode agravar o risco do FUNDO.

f) **RISCOS EXTERNOS:** O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da ADMINISTRADORA e do GESTOR, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

g) **RISCOS MACROECONÔMICOS:** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perda, pelos quotistas, do valor de principal de suas aplicações.

h) **RISCO DE DESCASAMENTO DE TAXAS DE JUROS:** Mudanças nas condições de mercado poderão acarretar descasamento entre as taxas de juros praticadas no mercado e as taxas de juros estabelecidas no instrumento que deu origem aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO, resultando em perda de rentabilidade durante o período de maturação dos créditos;

i) **RISCO DE INSUCESSO NAS AÇÕES DE COBRANÇA:** A carteira do FUNDO também poderá ser composta por direitos creditórios vencidos. A dificuldade na localização dos Devedores, assim como a situação patrimonial dos Devedores representa um risco adicional ao recebimento dos Direitos Creditórios.

j) **MODALIDADE DE INVESTIMENTO RECENTE E SOFISTICADA:** O FUNDO se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País e que, ademais, tem o grau de sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização de recebíveis. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente essas peculiaridades, dentre as quais, risco de liquidez dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros que compõem o seu patrimônio líquido. Tais peculiaridades podem trazer consequências negativas ao patrimônio líquido, ou podem tornar o investimento ilíquido.

k) **RISCOS RELATIVOS A PERDAS EM AÇÕES JUDICIAIS:** O FUNDO eventualmente terá a necessidade de despender recursos com a defesa de seus interesses junto ao Poder Judiciário, para a execução das cobranças e/ou defesa da eficácia dos Direitos Creditórios. O ingresso em juízo submete, ainda, o FUNDO à discricionariedade e o convencimento dos julgadores das ações.

l) **FALTA DE DEFINIÇÃO CLARA DO PERFIL DE RISCO:** O FUNDO se caracteriza pela falta de definição das principais premissas que definirão seu perfil de risco, sendo algumas destas: a ausência de definição do tipo de carteira de direitos creditórios a serem adquiridas pelo FUNDO, a participação de cada uma destas no seu PL, seu perfil de risco de crédito, auditorias, taxas que renderão estes ativos e sua rentabilidade, a taxa de cessão, mecanismo de cobrança de créditos em atraso, etc.

m) **AUSÊNCIA DE GARANTIAS ADICIONAIS:** O FUNDO não possui classe de quota subordinada que poderia suportar maior risco e parte significativa de eventuais perdas. Ademais, não há pré-definição de garantias como colateral e/ou cobrigação (estes dois últimos fatores serão definidos caso a caso, no momento de aquisição das carteiras). Os critérios de concentração por cedente e por sacado limitam-se ao disposto no artigo 10º, parágrafo 3º do Regulamento;

n) **RISCO DE DERIVATIVOS:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do FUNDO, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o FUNDO, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao FUNDO.

o) **POSSIBILIDADE DE EVENTUAL CONFLITO DE INTERESSE:** Os prestadores de serviços ao FUNDO já atuam ou podem vir a atuar conjuntamente em outros projetos, em especial de fundos de investimento, como parceiros comerciais ou prestadores de serviços. Adicionalmente, na escolha do Agente Cobrador não haverá qualquer impedimento quanto à opção por sociedade ligada ou controlada por um dos prestadores de serviços ao FUNDO.

p) **INEXISTÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS:** Em razão do limite por devedor ou co-obrigado existente no regulamento e do reduzido valor médio dos Direitos Creditórios o CUSTODIANTE está eximido da responsabilidade de efetuar a citada verificação. Tal dispensa pode acarretar em prejuízos ao FUNDO.

***Ressalte-se que a rentabilidade obtida pelo FUNDO no passado não implica em rentabilidade futura do FUNDO.***

## **6. POLÍTICA DE INVESTIMENTO E INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS**

O objetivo do FUNDO é proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, no longo prazo, através da aplicação dos recursos do FUNDO, preponderantemente, na aquisição de carteiras de direitos creditórios, vencidos e/ou a vencer, originados de operações financeiras, comerciais, imobiliárias, de prestações de serviços, de arrendamento mercantil e/ou industriais realizadas por instituições financeiras e outras sociedades atuantes no mercado brasileiro nos segmentos anteriormente referidos, doravante denominados (“Direitos Creditórios”).

### **6.1. Elegibilidade e Roteiro Operacional**

Somente poderão integrar a carteira de investimentos do FUNDO os Direitos Creditórios que atendam aos seguintes critérios de elegibilidade:

- I) tenham sido objeto de seleção pelo GESTOR;
- II) possua rotina de cobrança pré-definida e acordada com o Agente Cobrador e o CUSTODIANTE;
- III) a operação tenha sido aprovada pela assembléia geral de quotistas (caso as características da operação se enquadrem nas descritas no artigo 14 do Regulamento);
- IV) a assinatura do Contrato de Cessão tenha sido precedida do seguinte roteiro operacional:
  - a) notificação, por escrito, do GESTOR à ADMINISTRADORA e ao CUSTODIANTE, recomendando e aprovando a aquisição, pelo FUNDO, de determinada carteira de Direitos Creditórios, a qual identificará e indicará os Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo FUNDO e o preço desta aquisição, sempre selecionados pelo GESTOR por oferecerem relação risco x retorno compatível com o FUNDO, devendo ainda ser ratificado, pelo GESTOR, ao CUSTODIANTE e à ADMINISTRADORA, que os Direitos Creditórios por ele recomendados estão de acordo com os critérios de concessão de crédito tratados no Artigo 11 do presente Regulamento;
  - b) notificação, por escrito, do CUSTODIANTE ao GESTOR e à ADMINISTRADORA, por meio da qual o CUSTODIANTE informará que está apto a registrar contabilmente, monitorar e custodiar os Direitos Creditórios que serão objeto de aquisição pelo FUNDO, conforme seleção apresentada pelo GESTOR;
  - c) previsão de que a guarda física dos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios selecionados pelo GESTOR será realizada por depositário fiel, previamente indicado pelo GESTOR; e
  - d) assinatura com o Agente Cobrador do contrato de prestação de serviços de cobrança dos Direitos Creditórios que serão objeto de aquisição pelo FUNDO, tornando-se, portanto, a existência deste contrato um pré-requisito para a assinatura de qualquer Contrato de Cessão.

Não poderá compor o patrimônio do FUNDO:

- a) Direito Creditório que tenha sua existência e validade dependente de qualquer entrega ou prestação futura ou que não atenda aos critérios de elegibilidade previstos neste Regulamento;
- b) Direitos Creditório cedido ou originado por empresas controladas pelo poder público; e
- c) Direito Creditório decorrente de receitas públicas originárias ou derivadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações.

O Contrato de Cessão somente poderá ser firmado após prévia avaliação da carteira pelo Agente Cobrador e estipulação das condições nas quais o mesmo prestará os serviços de cobrança ao FUNDO.

Os investimentos do FUNDO se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento, sempre observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável (em especial o previsto no Artigo 40, §9º, I da Instrução CVM 356), observado que:

- a) nos termos do artigo 10, parágrafo 3º, alínea “b”, do Regulamento o total do preço de aquisição dos Direitos Creditórios de obrigação de cada devedor ou co-obrigado não poderá ser superior a 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do FUNDO; e
- b) em respeito o parágrafo 4º, do mesmo artigo 10, o valor médio dos Direitos Creditórios adquiridos não poderá ser superior a 0,3% (zero vírgula três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Em virtude do reduzido valor médio dos direitos creditórios e a grande pulverização de devedores, decorrente dos limites ratificados no parágrafo anterior, fica o CUSTODIANTE eximido da obrigação de verificação por amostragem de que trata o artigo 38 da instrução CVM 356.

A cada aquisição de Direitos Creditórios que se enquadre no disposto no artigo 14 do Regulamento, será incluído um anexo correspondente no Regulamento com informações sobre a natureza dos respectivos Direitos Creditórios, bem como seu processo de origem e concessão.

Em razão de não existir Direitos Creditórios pré-determinados, não há outros meios eficazes de obtenção de estatísticas sobre inadimplimentos, perdas ou pré-pagamento dos Direitos Creditórios, tendo em vista a sua indeterminação.

## 6.2. Taxa de Desconto

O Fundo adquire Direitos Creditórios com uma taxa de desconto compatível com as taxas praticadas no mercado e com a perspectiva de rentabilidade do FUNDO. Sempre que solicitada pelos quotistas, a GESTORA poderá prestar esclarecimentos acerca dos detalhes de cada operação, inclusive no que se refere ao preço de aquisição, prazo e garantia, de modo a atestar a regularidade e coerência da Taxa de Desconto aplicada.

Não obstante, previamente à assinatura do Contrato de Cessão e na escolha dos Direitos Creditórios o GESTOR adotará como política geral de seleção, em especial para os Direitos Creditórios vencidos, que irão compor a parcela preponderante da carteira, o respeito à seguinte equação, que norteará a escolha dos Direitos Creditórios:

$$\text{Preço de Aquisição} \leq \sum_0 \left[ \frac{R_n - C_n}{(1 + IGPM_n + \theta_n)^n} \right] + \frac{VR}{(1 + IGPM_n + \theta_n)^n}$$

Na qual: R = recuperação bruta dos Direitos Creditórios

C = custo de cobrança dos Direitos Creditórios

VR = valor residual da carteira de Direitos Creditórios em análise

IGPM = índice de inflação esperada ao longo do período de recuperação da carteira (mensal)

$\Theta$  = fator de risco da carteira definido pelo GESTOR e Agente Cobrador; especificamente para cada aquisição de Direitos Creditórios (fator mensal)  
n = número de meses de recuperação da carteira

Não é possível indicar de forma detalhada as condições, prazos e valores dos Direitos Creditórios passíveis de ingresso no FUNDO, uma vez que estas características não são determinantes para a escolha dos Direitos Creditórios pelo GESTOR, e, portanto, não estão no rol de critérios de elegibilidade. Todo quotista, ao ingressar no FUNDO, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste item, por meio de assinatura de termo de adesão ao Regulamento (“Termo de Adesão”).

### **6.3. Aprovação Prévia de Operações de Maior Relevância**

Qualquer aquisição de Direitos Creditórios de valor superior a 10% (dez por cento) do valor das quotas subscritas (integralizadas ou não integralizadas) dependerá de prévia aprovação da assembléia geral de quotistas.

Sempre que a assembléia geral de quotistas aprovar uma operação de aquisição de Direitos Creditórios será disponibilizado no Demonstrativo Trimestral seguinte do FUNDO, no mínimo, as informações sobre a natureza dos respectivos Direitos Creditórios, seu processo de origem e concessão, seguindo o padrão constante do anexo ao presente regulamento, bem como o parecer de advogado de que trata o § 1º do artigo 7º da Instrução CVM nº 444/06.

O GESTOR providenciará para que seja enviado aos cotistas e à ADMINISTRADORA, juntamente com a convocação da assembléia acima citada, o referido parecer de advogado acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios ao FUNDO. Ademais, uma vez aprovada a operação, a ADMINISTRADORA deverá disponibilizar o referido parecer em seu próprio *site* e no da CVM, por meio do sistema CVMWeb.

### **6.4. Política de Recuperação de Créditos**

A cobrança dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO será realizada através dos seguintes procedimentos, sem prejuízo de outros que, caso a caso, o responsável pela cobrança do Direito Creditório julgar conveniente:

#### **I. no caso de Direitos Creditórios a vencer:**

- a) notificação do devedor, por meio de correspondência específica ou no próprio boleto a que se refere a alínea seguinte, da existência do Contrato de Cessão;
- b) envio de boleto bancário e/ou aviso de cobrança, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da respectiva data do vencimento, com a indicação de conta corrente de titularidade do FUNDO para pagamento.

#### **II. no caso de Direitos Creditórios vencidos:**

- a) inicialmente, a cobrança será feita pelas vias e mecanismos extrajudiciais, que o Agente Cobrador julgar mais adequado, tais como contatos telefônicos, notificações por correspondência escrita, ou qualquer outro mecanismo de cobrança realizado fora do âmbito judicial, obedecendo-se aos limites legais previstos na legislação vigente, respeitando, sempre que aplicável, os limites do Código de Defesa do Consumidor;
- b) a cobrança do devedor principal, seu eventual fiador, avalista ou demais co-obrigados poderá ser feita, também, a critério do GESTOR e/ou do Agente Cobrador, e independentemente do disposto na alínea anterior, por meio de ações de cobrança e execuções judiciais de contratos e garantias.

O objetivo da política de recuperação de Direitos Creditórios é recuperar Direitos Creditórios em atraso da forma mais eficiente, conveniente e menos onerosa para o FUNDO, em observância à lei.

## 6.5. Origem dos Direitos Creditórios

Serão incluídas nos Demonstrativos Trimestrais do FUNDO as informações acerca dos processos de origem dos direitos creditórios e das políticas de concessão dos correspondentes créditos, bem como, acerca dos Devedores ou Coobrigados.

Será incluída nos Demonstrativos Trimestrais do FUNDO a identificação dos originadores e cedentes que representem ou possam vir a representar mais de 10% (dez por cento) dos ativos que compõem o patrimônio do FUNDO, devendo ser informado seu tipo societário, e características gerais de seu negócio, e, se for o caso, descrita sua experiência prévia em outras operações de securitização tendo como objeto o mesmo ativo objeto da securitização. Salvo nos casos de originadores e cedentes que sejam instituições financeiras ou demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, serão também apresentadas as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e a regulamentação editada pela CVM, auditadas por auditor independente registrado na CVM, referentes ao último exercício social das originadoras responsáveis por mais de 10% (dez por cento) dos ativos que compõem o patrimônio do FUNDO.

Não haverá devedor ou coobrigado responsável pelo pagamento ou pela liquidação de mais de 10%(dez por cento) dos ativos que compõem o patrimônio do FUNDO.

## 6.6. Inadimplementos, Perdas e Pré-Pagamentos

Em razão de não existir Direitos Creditórios pré-determinados, entende-se que se torna inviável apresentar níveis históricos de inadimplemento da carteira.

Não existem estudos realizados que permitam a detecção prévia dos níveis de recuperação, perdas e pré-pagamentos.

Não há outros meios eficazes de obtenção de estatísticas sobre inadimplementos, perdas ou pré-pagamento dos Direitos Creditórios, tendo em vista a sua indeterminação.

Ressalta-se que as quotas do fundo não terão parâmetro de rentabilidade pré-determinado, assim, o pré-pagamento de Direitos Creditórios não causará impactos nas estratégias do FUNDO, em especial pelo fato de que sua carteira é composta, preponderantemente, por Direitos Creditórios vencidos.

Tendo em vista que as quotas do fundo não terão parâmetro de rentabilidade pré-determinado, o pré-pagamento de Direitos Creditórios não causará impactos significativos nas estratégias do FUNDO, em especial pelo fato de que sua carteira é composta, preponderantemente, por Direitos Creditórios vencidos.

## 7. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A composição da carteira do FUNDO obedecerá às seguintes diretrizes:

- a) após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, o FUNDO deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios;
- b) o FUNDO não poderá alocar quantia equivalente a:
  - i) mais de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total das quotas subscritas (integralizadas ou não integralizadas) em uma única operação de aquisição de carteira de Direitos Creditórios (assim entendido o conjunto de Direitos Creditórios adquiridos em uma mesma operação de cessão);
  - ii) mais de 1% (um por cento) do seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios e outros ativos de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade.

- c) não obstante os limites da alínea anterior, o valor médio dos Direitos Creditórios adquiridos não poderá ser superior a 0,3% (zero vírgula três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.
- d) o Fundo pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido em:
  - i) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
  - ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
  - iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
  - iv) certificados e recibos de depósito bancário, de emissão do Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Real S.A., Banco Santander S.A., Banco do Brasil S.A., ou Caixa Econômica Federal;
  - v) quotas de fundos de investimento (FI's) e fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos (FICFI's) das classes Referenciado e Renda Fixa, nos termos da Instrução CVM nº 409/2004.

As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da ADMINISTRADORA, do GESTOR, do CUSTODIANTE, do Agente Cobrador ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

São vedadas operações nas quais a ADMINISTRADORA atue na condição de contraparte do FUNDO, sem prejuízo da aquisição de quotas de fundos de investimento por ela administrados.

O FUNDO pode realizar aplicações em direitos creditórios da ADMINISTRADORA e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, sem qualquer limitação, respeitado o disposto no parágrafo anterior e as demais limitações constantes do Regulamento, vigentes para a aquisição de qualquer Direito Creditório.

O FUNDO não realiza operações em mercados de derivativos, salvo para proteção de posições detidas à vista, até o limite destas, com prévia aprovação do COMITÊ DE INVESTIMENTOS.

## **8. TAXAS E ENCARGOS**

### **8.1 Taxa de Administração e de Performance**

Os prestadores de serviço de administração ao FUNDO receberão, a título de Taxa de Administração:

- a) o equivalente ao percentual anual de 0,3 % (três décimos por cento), incidente sobre o patrimônio líquido do FUNDO; e
- b) o equivalente a 2,0% (dois por cento) ao ano sobre (y) o valor total dos compromissos de investimento assinados pelos quotistas do FUNDO, durante o Período de Investimento ou (z) o patrimônio líquido do FUNDO, durante o Período de Desinvestimento, entre os itens (i) e (ii) o que for menor.

As parcelas da Taxa de Administração previstas na alínea “a” acima, bem como na alínea “b”, são calculadas e provisionadas trimestralmente, na data de cálculo da quota do FUNDO, e serão pagas, trimestralmente, de forma antecipada, até o 5º (quinto) dia útil do início do trimestre. Excepcionalmente, o primeiro, cálculo, provisão e pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º dia útil após a primeira integralização de quotas do FUNDO.

Adicionalmente à Taxa de Administração acima, o FUNDO, com base em seu resultado, remunerará seus prestadores de serviços mediante o pagamento de Taxa de Performance equivalente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade do FUNDO que exceder o IGP-M no período.

A Taxa de Performance será apurada e paga após o retorno integral do capital subscrito e integralizado pelos quotistas, corrigido na forma do parágrafo anterior, nas disponibilidades de recursos aos quotistas (subseqüentes ao mencionado retorno), seja em virtude de amortização, resgate ou Liquidação do Fundo.

As parcelas da Taxa de Administração e a Taxa de Performance serão pagas aos prestadores de serviços contratados, em especial a ADMINISTRADORA, GESTOR e Agente Cobrador, diretamente pelo FUNDO, conforme o acordo entre eles, devendo a ADMINISTRADORA garantir que o somatório das parcelas não excedará o montante total da Taxa de Administração e Taxa de e Performance.

O FUNDO não possui taxa de ingresso ou taxa de saída.

## **8.2 Encargos do FUNDO**

Constituem encargos do FUNDO, a Taxa de Administração e da Taxa de Performance previstas acima e as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela ADMINISTRADORA:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da ADMINISTRADORA;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do FUNDO;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco; e
- j) despesas com emissão, impressão e postagem de boletos, duplicatas ou demais títulos que instrumentalizam a cobrança os Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO;
- k) despesas decorrentes de serviços de cobrança amigável e/ou judicial dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO que porventura não tiverem sido devidamente pagos pelos respectivos sacados devedores, conforme contrato de cobrança.

### 8.3. Custos da Distribuição

Adicionalmente, Esclarecemos que os custos relativos à Distribuição são:

DESPESA	CUSTO (EM R\$)	Custo Unitário de Distribuição (R\$ / por cota)	%em relação ao preço unitário de distribuição
Taxa de Fiscalização da CVM	32.000,00	6.400,00	0,64 %
Publicações dos Anúncios de Distribuição	15.000,00 (máximo)	3.000,00 (máximo)	0,3%
Assessoria Jurídica	21.000,00	4.200,00	0,042%
Agência de Rating	21.310,60	4.262,12	0,43%
Despesas decorrentes do registro em cartório	2.000,00 (máximo)	400,00 (máximo)	0,04%
Comissões (colocação, coordenação, garantia de subscrição ou outras)	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ

A distribuição de quotas será realizada pela Administradora do FUNDO, na qualidade de distribuidor líder.

Não haverá qualquer custo adicional para o FUNDOO e/ou cotistas decorrentes dos serviços de distribuição, uma vez que os distribuidores serão remunerados através de parcela da Taxa de Administração vigente para o Fundo.

## 9. PERFIL E HISTÓRICO DOS PRINCIPAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

### 9.1. Perfil e Histórico da Administradora

O BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

O BNY Mellon Serviços Financeiros realiza a prestação de serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, prestando o serviço de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados à ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimento e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização, com mais de R\$ 63 bilhões em ativos sob sua administração (ANBID, Fevereiro 2008).

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation.

Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada na gestão de ativos financeiros, e opera em 34 países e atende a mais de 100 mercados. A nova instituição é provedora de serviços financeiros para pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento. O The Bank of New York Mellon Corporation utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$23 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e cerca de US\$1,1 trilhão de ativos sob sua gestão.

### 9.2. Perfil e Histórico da Distribuidora Líder

A Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. surgiu em 1981, com a fusão de duas corretoras do mercado paulista: a Hedging e a Griffo. A trajetória da empresa acompanhou o crescimento e a especialização do mercado financeiro nacional, que se desenvolveu bastante a partir dessa época. A empresa participou das negociações dos primeiros contratos a termo da Bolsa de Mercadorias de São Paulo e também da Bolsa Mercantil e de Futuros - que posteriormente se juntaram, dando origem à atual BM&F.

Em 1992, a Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. foi a primeira corretora a administrar fundos de investimento. Era o início da Hedging-Griffo Asset Management que hoje administra mais de R\$ 30 bilhões de recursos, distribuídos entre fundos de renda fixa e variável e carteiras administradas nacionais e internacionais. Em novembro de 2007, a Hedging-Griffo e o Credit Suisse celebraram um acordo por meio do qual o Credit Suisse adquiriu participação majoritária (50% mais uma ação) no capital social da Hedging-

Griffo. A empresa agora é denominada Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A. e continua sob a gestão dos atuais sócios da Hedging-Griffo. O Administrador é instituição registrada na CVM como administradora de carteira, nos termos da regulamentação em vigor, desde 13/08/1997.

### **9.3. Perfil e Histórico do Gestor**

Em 1992, a Hedging-Griffo foi a primeira corretora a administrar fundos de investimento. Era o início da Hedging-Griffo Asset Management que Administra mais de R\$ 10 bilhões de recursos, distribuídos entre fundos de renda fixa e variável e carteiras administradas nacionais e internacionais. Instituição registrada na CVM como administradora de carteira, nos termos da Regulamentação em vigor, desde 13.08.1997.

Em novembro de 2007, a Hedging-Griffo e o Credit Suisse celebraram um acordo por meio do qual o Credit Suisse adquiriu participação majoritária (50% mais uma ação) no capital social da sociedade. A empresa agora é denominada Credit Suisse Hedging-Griffo Asset Management.

## **10. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA**

A ADMINISTRADORA, DISTRIBUIDORA LÍDER o AUDITOR e a CUSTODIANTE são sociedades independentes e não pertencentes de forma direta ou indireta ao mesmo grupo econômico, também não possuindo qualquer ligação societária. A GESTORA é do mesmo grupo da DISTRIBUIDORA LÍDER, mas exerce suas atividades de forma independente e segregada.

Não obstante, tais prestadores de serviços já atuam ou podem vir a atuar conjuntamente em outros projetos, em especial de fundos de investimento, como parceiros comerciais ou prestadores de serviços.

## **11. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS**

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, negociados em bolsa ou mercado de balcão organizado, serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, e segundo os critérios de precificação constantes do Manual de Marcação a Mercado do CUSTODIANTE.

Os Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO, por serem ativos que não têm um mercado de negociação, serão avaliados pelo custo de aquisição, sendo que:

- a) os Direitos Créditos a vencer serão precificados com apropriação de rendimentos (correspondentes ao deságio do valor de face e parcelas variáveis a receber, tais como juros ou bônus, conforme Contrato de Cessão) exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento, devendo ser aplicada provisão para devedores duvidosos, seguindo as regras do COSIF.
- b) os Direitos Creditórios vencidos serão precificados com uma desvalorização linear, após uma carência inicial de três meses, considerando o valor de aquisição, da data de assinatura do Contrato de Cessão até o término do prazo limite razoável de cobrança ("PLRC"), a ser definido pelo GESTOR, com o auxílio do Agente Cobrador, caso existente. Atingido o PLRC o Direito Creditório atingirá o preço equivalente a zero. Nesta hipótese não se aplica as regras para provisão de devedores duvidosos.

## 12. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Autoridade Reguladora: Comissão de Valores Mobiliários  
Jornal de Divulgação: Diário Mercantil

O prospecto do FUNDO, em sua versão mais atualizada, estará sempre disponível para consultas nos seguintes sítios da internet, para maiores informações:

ADMINISTRADORA: [www.bnymellon.com.br](http://www.bnymellon.com.br)  
DISTRIBUIDORA LÍDER: [www.cshg.com.br](http://www.cshg.com.br)  
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)  
CETIP: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

## 13. TRIBUTAÇÃO

Tributação sobre o Fundo:

IOF:

As aplicações realizadas pelo FUNDO estão sujeitas atualmente à incidência do IOF à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo até o percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia.

IMPOSTO DE RENDA:

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos de Imposto de Renda.

Tributação sobre os Quotistas:

IOF:

O IOF é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das quotas do FUNDO, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme tabela regressiva anexa ao Decreto nº 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

IR:

O Imposto de Renda aplicável ao quotista do FUNDO tomará por base três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (i) alienação de quotas; (ii) o resgate em virtude de liquidação ou do término do prazo do FUNDO; e (iii) a amortização das quotas:

(i) Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na alienação de quotas do FUNDO são tributadas à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o ganho líquido.

(ii) Resgate em virtude da liquidação do FUNDO ou término do prazo

O rendimento será tributado na fonte, nas seguintes condições:

Caso a carteira do FUNDO seja classificada como de longo prazo, ou seja, o prazo médio seja superior a 365 dias, o quotista será tributado conforme as seguintes alíquotas: (i) 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) para aplicação de até 180 dias; (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 dias a 360 dias; (iii) 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento) para prazo de aplicação de 361 dias a 720 dias; e (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 dias.

Caso a carteira do FUNDO seja classificada como de curto prazo, ou seja, o prazo médio seja igual ou inferior a 365 dias, o quotista será tributado à alíquotas de 20% (vinte por cento), ou, caso o resgate ocorra em prazo inferior a 180 dias, à alíquota de 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento).

(iii) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, da alíquota aplicável com base no prazo médio da carteira.

#### **14. ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS**

Informações complementares sobre o FUNDO poderão ser obtidas junto à ADMINISTRADORA, à DISTRIBUIDORA LÍDER, à GESTORA ou na CVM. Para obtenção do Regulamento, Prospecto, além de eventuais informações adicionais, favor entrar em contato:

**GESTOR:**

Endereço: Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, Torre III, 6º andar, Itaim, São Paulo – SP  
Tel. e Fax: (11) 3704-8669  
Home Page: <http://www.cshg.com.br>  
e-mail: [faleconosco@cshg.com.br](mailto:faleconosco@cshg.com.br)

**ADMINISTRADORA:**

Endereço: Av. Presidente Wilson, 231 – 11º andar, 13º e 17º andares (parte)  
Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3974-4545  
Fax: (21) 3974-4501  
Home Page: <http://www.bnymellon.com.br>  
Contato: Carla Lopes  
e-mail: [fidc@bnymellon.com.br](mailto:fidc@bnymellon.com.br)

**DISTRIBUIDORA LÍDER**

Endereço: Av. Juscelino Kubitschek, nº 1830, Torre IV, 7º andar, Itaim, São Paulo - SP  
Tel.: (11) 3704-8669  
Home Page: <http://www.cshg.com.br>  
e-mail: [faleconosco@cshg.com.br](mailto:faleconosco@cshg.com.br)

O prospecto do FUNDO, em sua versão mais atualizada, estará sempre disponível para consultas nos seguintes sítios da internet, para maiores informações:

ADMINISTRADOR: [www.cshg.com.br](http://www.cshg.com.br)

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

CETIP: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

## **15. ANEXOS**

---

**15.1.** Re-Ratificação do Instrumento de Constituição e Regulamento do FUNDO

**15.2.** Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do FUNDO em vigor

**15.3.** Relatório Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Re-Ratificação do Instrumento de Constituição e Regulamento do FUNDO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
MICROFILME Nº 8650967

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RE-RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO CSHG MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

Por este Instrumento Particular, o **CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Torre IV, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.809.182/0001-30, neste ato, por seus representantes abaixo assinados, na qualidade de **ADMINISTRADORA** do fundo **CSHG MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**, resolve re-ratificar o Instrumento Particular de Constituição de 26 de dezembro de 2007, registrado sob o nº 8.649.125, no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Capital, para que conste no item 1 o nº correto do CNPJ da **ADMINISTRADORA**, ou seja: 61.809.182/0001-30.

Sendo assim, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 15 janeiro de 2008.

**CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S/A**

Gustavo Koester Aranha  
Procurador

Ricardo da Sousa G. E Almeida  
Procurador

TESTEMUNHAS:

1.

*[Assinatura]*

2.

*[Assinatura]*



Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica

Praca Padre Manuel da Nobrega, 20 - (011) 3242-3171 - São Paulo - SP

Apresentado hoje, protocolado, registrado,  
microfilmado e digitalizado sob nº 8650967

ENCARGOS 15,00  
REG. CIVIL 0,70  
T. JUSTICA 0,70  
TOTAL 16,40

São Paulo, 16 JAN 2008

BEL JOSÉ MARIA SIVIERO - OF. REGISTRADOR  
BEL FLORENTINO KUBSIKI LUNGU - SUBSTITUTO

ESCREVENTES AUTORIZADOS:

SELOS E TAXAS

BEL JORGE MANUEL P. ALMEIDA

BEL REGIS DOS SANTOS SILVA

019 - 1

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do FUNDO em vigor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO  
DO REGULAMENTO DO CSHG MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO  
EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS ("Fundo")**

Por este Instrumento Particular, CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A., com endereço na Av. Juscelino Kubitschek, nº 1830, Torre IV, 7º andar, Itaim, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.809182/0001-12, vem, CONSIDERANDO:

- a) o teor do Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 852/2008 ("Ofício"), que determinou que se procedessem ajustes no texto do Regulamento do Fundo;
- b) a decisão das sociedades que participam da estruturação do Fundo, em transferir a administração do Fundo para a BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (BNY MELLON), com sede no Rio de Janeiro, RJ, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, que já aceitou assumir estas funções, ficando a CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A. apenas como distribuidora líder da operação, especialmente pelo fato de que a BNY MELLON já possui fundos dessa natureza em operação, custodiados pelo custodiante indicado no regulamento, facilitando assim a troca de informações e o perfeito acompanhamento das operações do Fundo;

RESOLVE, por este instrumento, alterar o REGULAMENTO DO CSHG MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS, passando o mesmo a vigorar com a redação constante do Anexo I.

Este Instrumento, com o regulamento do Fundo em anexo, deverá ser registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

São Paulo, 16 de junho de 2008.

**CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A.**

**Gustavo Koester Aranha**  
Procurador

**André G. G. G. G.**  
Procurador





**REGULAMENTO DO  
CSHG MULTICARTEIRA  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**  
CNPJ: 09.308.952/0001-41

**CAPÍTULO I - DO FUNDO**

Artigo 1º: O CSHG MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS, doravante denominado FUNDO, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial as Instruções nº 444/2006 e 356/2001 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Parágrafo 1º: O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado e prazo máximo de duração de 06 (seis) anos, podendo este prazo ser alterado por deliberação da assembléia geral de quotistas.

Parágrafo 2º: O Período de Investimento do FUNDO será de 2 (dois) anos contados a partir da primeira integralização de quotas do FUNDO.

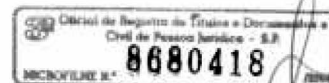
Parágrafo 3º: O Período de Desinvestimento será de 4 (quatro) anos contados a partir do fim do Período de Investimento. Findo o Período de Desinvestimento o FUNDO será liquidado e seus ativos remanescentes serão distribuídos aos quotistas na forma deste Regulamento.

Parágrafo 4º: Os prazos do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento poderão ser alterados por decisão da assembléia geral de quotistas.

Parágrafo 5º: O FUNDO destina-se a receber aplicações de investidores qualificados (conforme definidos pela Instrução CVM nº 409/2004), não residentes ou residentes no Brasil, que busquem rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do FUNDO. O valor mínimo de subscrição por investidor é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo 6º: Somente é permitida a emissão e negociação de fração de quotas do FUNDO para os quotistas que possuam no mínimo uma quota subscrita.

Parágrafo 7º: Não obstante o enquadramento nas características do público alvo, acima descritas, não serão permitidos, em qualquer momento, mais do que 20 (vinte) quotistas no FUNDO.



## **CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 2º: As atividades de administração do FUNDO caberá à BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (BNY MELLON), com sede no Rio de Janeiro, RJ, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.201.501/0001-61, doravante designada ADMINISTRADORA. Por sua vez, a distribuição de quotas do FUNDO será exercida pela CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A., com endereço na Av. Juscelino Kubitschek, nº 1830, Torre III, 6º andar, Itaim, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.809.182/0001-12, doravante designada Distribuidora Líder.

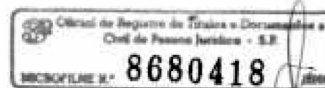
Parágrafo 1º: A atividade de gestão da carteira do FUNDO ficará a cargo da CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO ASSET MANAGEMENT S.A., com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, 1830, Torre III, 6º andar, Itaim, São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o n.º 68.328.632/0001.12, doravante denominada GESTOR.

Parágrafo 2º: Ao GESTOR caberá, em especial:

- a) selecionar Direitos Creditórios para aquisição pelo FUNDO com base nos critérios de elegibilidade definidos neste Regulamento e nos objetivos e política de investimento do FUNDO;
- b) adquirir, alienar e realizar operações com os Direitos Creditórios admitidas na legislação em vigor e no presente Regulamento, submetendo, sempre que necessário, as operações à assembléia geral de quotistas; e
- c) negociar, assinar e acompanhar o cumprimento dos Contratos de Cessão.

Parágrafo 3º: A atividade de custódia será exercida pelo BANCO SANTANDER S.A., com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, 474, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n.º 90.400.888/0001-42, doravante designado CUSTODIANTE.

Parágrafo 4º: Os serviços de controladoria de ativos (controle e processamento dos títulos e valores mobiliários) e de passivos (escrituração de quotas) são prestados ao FUNDO pelo CUSTODIANTE.



Parágrafo 5º: O FUNDO contratará serviços especializados de empresa previamente indicada pelo GESTOR (“Agente Cobrador”), que efetuará a cobrança dos direitos creditórios, nos termos do presente Regulamento e sem prejuízo das responsabilidades do CUSTODIANTE.

Artigo 3º: A ADMINISTRADORA e o GESTOR, dentro das suas esferas de competência estabelecidas neste Regulamento, observadas as limitações legais e regulamentares, terão poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FUNDO, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que integrem a carteira do FUNDO, inclusive o de ação.

Artigo 4º: Incluem-se entre as obrigações da ADMINISTRADORA:

- I manter atualizados e em perfeita ordem:
  - a) a documentação relativa às operações do FUNDO;
  - b) o registro dos quotistas;
  - c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
  - d) o livro de presença de quotistas;
  - e) os demonstrativos trimestrais do FUNDO;
  - f) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao FUNDO;
  - g) os relatórios do auditor independente;
- II receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO diretamente ou por meio de instituição contratada;
- III entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do FUNDO, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- IV divulgar, anualmente, no periódico utilizado para divulgações do FUNDO, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do FUNDO, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO;
- V fornecer anualmente aos quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;



- VI sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a ADMINISTRADORA e o FUNDO;
- VII providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do FUNDO ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO; e
- VIII custear as despesas de propaganda do FUNDO, se houver.

Parágrafo único: A divulgação das informações previstas no inciso IV deste artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da ADMINISTRADORA pela regularidade na prestação destas informações.

Artigo 5º: É vedado à ADMINISTRADORA:

- I prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos seguindo as restrições do presente regulamento;
- II utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo FUNDO; e
- III efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

Parágrafo 1º: As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da ADMINISTRADORA, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Parágrafo 2º: Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil ("BACEN") e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do FUNDO.



Artigo 6º: É vedado à ADMINISTRADORA, em nome do FUNDO:

- I prestar fiança, aval, aceite ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos previstas no artigo 17 deste Regulamento;
- II realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução CVM 356/01;
- III aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV adquirir quotas do próprio FUNDO;
- V pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356/01;
- VI vender quotas do FUNDO a prestação, sem prejuízo da integralização a termo conforme chamados da ADMINISTRADORA;
- VII vender quotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios ao FUNDO;
- VIII prometer rendimento predeterminado aos quotistas;
- IX fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- X delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356/01;
- XI obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;



- XII efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos previstas no artigo 17 deste Regulamento.

Artigo 7º: A ADMINISTRADORA ou o GESTOR, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista, pode renunciar à administração do FUNDO, desde que seja convocada, no mesmo ato, Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do FUNDO, nos termos da Instrução CVM 356/01.

### **CAPÍTULO III - DA REMUNERAÇÃO**

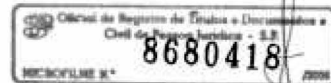
Artigo 8º: Os prestadores de serviço de administração ao FUNDO receberão, a título de Taxa de Administração:

- a) o equivalente ao percentual anual de 0,3 % (três décimos por cento), incidente sobre o patrimônio líquido do FUNDO; e
- b) o equivalente a 2,0% (dois por cento) ao ano sobre (y) o valor total dos compromissos de investimento assinados pelos quotistas do FUNDO, durante o Período de Investimento ou (z) o patrimônio líquido do FUNDO, durante o Período de Desinvestimento.

Parágrafo 1º: As parcelas da Taxa de Administração previstas na alínea “a” do *caput*, bem como na alínea “b”, são calculadas e provisionadas trimestralmente, na data de cálculo da quota do FUNDO, e serão pagas, trimestralmente, de forma antecipada, até o 5º (quinto) dia útil do início do trimestre. Excepcionalmente, o primeiro cálculo, provisão e pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º dia útil após a primeira integralização de quotas do FUNDO.

Parágrafo 2º: Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional.

Parágrafo 3º: Adicionalmente à Taxa de Administração prevista no *caput*, o FUNDO, com base em seu resultado, remunerará seus prestadores de serviços mediante o pagamento de Taxa de Performance equivalente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade do FUNDO que exceder o IGP-M no período.



Parágrafo 4º: A Taxa de Performance será apurada e paga após o retorno integral do capital subscrito e integralizado pelos quotistas, corrigido na forma do parágrafo anterior, nas disponibilidades de recursos aos quotistas (subseqüentes ao mencionado retorno), seja em virtude de amortização, resgate ou Liquidação do FUNDO.

Parágrafo 5º: As parcelas da Taxa de Administração e a Taxa de Performance serão pagas aos prestadores de serviços contratados, em especial a ADMINISTRADORA, GESTOR e Agente Cobrador, diretamente pelo FUNDO, conforme o acordo entre eles, devendo a ADMINISTRADORA garantir que o somatório das parcelas não excedará o montante total da Taxa de Administração e Taxa de Performance.

Parágrafo 6º: O FUNDO não possui taxa de ingresso ou taxa de saída.

Artigo 9º: A cobrança dos direitos creditórios será feita pelo Agente Cobrador, que no desempenho de suas funções levará em consideração as especificidades do Direito Creditório.

Parágrafo 1º: Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO que estiverem vencidos e não pagos poderão ser cobrados amigável e/ou judicialmente, com o auxílio do Agente Cobrador, na forma do caput, sendo o valor bruto recuperado integralmente pago ao FUNDO.

Parágrafo 2º: O Agente Cobrador será remunerado diretamente pelo FUNDO, podendo parte de sua remuneração prevista em contrato constituir uma parcela da Taxa de Administração ou Performance, conforme acordado com os demais prestadores de serviços ao FUNDO.

Parágrafo 3º: Por indicação do GESTOR, sem prejuízo das obrigações do CUSTODIANTE especificadas na Instrução CVM 356/01, a obrigação de guardar os documentos comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios pode ser delegada a terceiros. A guarda e o depósito dos citados documentos por terceiros não exclui as responsabilidades do CUSTODIANTE, nos termos do artigo 38 da Instrução nº 356/01.

Parágrafo 4º: O Contrato de Cessão somente poderá ser firmado após prévia avaliação da carteira pelo Agente Cobrador e estipulação das condições nas quais o mesmo prestará os serviços de cobrança ao FUNDO.

#### **CAPÍTULO IV - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA**

Artigo 10: O objetivo do FUNDO é proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, no longo prazo, através da aplicação dos recursos do FUNDO, preponderantemente, na aquisição de carteiras de direitos creditórios, vencidos e/ou a vencer, originados de operações financeiras, comerciais, imobiliárias, de prestações de serviços, de arrendamento mercantil e/ou industriais realizadas por instituições financeiras e outras sociedades atuantes no mercado brasileiro nos segmentos anteriormente referidos, doravante denominados ("Direitos Creditórios").

Parágrafo 1º: Não poderá compor o patrimônio do FUNDO:

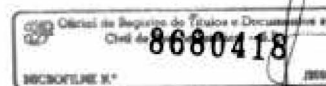
- a) Direito Creditório que tenha sua existência e validade dependente de qualquer entrega ou prestação futura ou que não atenda aos critérios de elegibilidade previstos neste Regulamento;
- b) Direitos Creditório cedido ou originado por empresas controladas pelo poder público; e
- c) Direito Creditório decorrente de receitas públicas originárias ou derivadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações.

Parágrafo 2º: Na média de qualquer período de 180 (cento e oitenta) dias o patrimônio líquido do FUNDO deverá estar investido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em Direitos Creditórios vencidos.

Parágrafo 3º: O FUNDO não poderá alocar quantia equivalente a:

- a) mais de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total das quotas subscritas (integralizadas ou não integralizadas) em uma única operação de aquisição de carteira de Direitos Creditórios;
- b) mais de 1% (um por cento) do seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios e outros ativos de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade.

Parágrafo 4º: Não obstante os limites do parágrafo anterior, o valor médio dos Direitos Creditórios adquiridos não poderá ser superior a 0,3% (zero vírgula três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.



Parágrafo 5º: As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da ADMINISTRADORA, do GESTOR, do CUSTODIANTE, do Agente Cobrador ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Parágrafo 6º: São vedadas operações nas quais a ADMINISTRADORA atue na condição de contraparte do FUNDO, sem prejuízo da aquisição de quotas de fundos de investimento por ela administrados.

Parágrafo 7º: O FUNDO pode realizar aplicações em direitos creditórios da ADMINISTRADORA e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, sem qualquer limitação, respeitado o disposto no parágrafo anterior e as demais limitações constantes deste Regulamento, vigentes para a aquisição de qualquer Direito Creditório.

Artigo 11: Somente poderão ceder Direitos Creditórios ao FUNDO o Cedente, doravante assim denominado, que tenha celebrado contrato de cessão (cada, um “Contrato de Cessão”) com o FUNDO, sempre com a interveniência do GESTOR, e que esteja apto a observar todos os termos e condições deste Regulamento.

Parágrafo 1º: Tendo em vista que o FUNDO buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos Creditórios originados por Cedentes distintos e que cada carteira de Direitos Creditórios terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, este Regulamento não traz descrição dos processos de originação e das políticas de concessão de crédito dos Cedentes, referentes aos Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo FUNDO. Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste item, por meio de assinatura de termo de adesão a este Regulamento (“Termo de Adesão”).

Parágrafo 2º: Não é possível indicar de forma detalhada as condições, prazos e valores dos Direitos Creditórios passíveis de ingresso no FUNDO, uma vez que estas características não são determinantes para a escolha dos Direitos Creditórios pelo GESTOR, e, portanto, não estão no rol de critérios de elegibilidade. Todo quotista, ao ingressar no FUNDO, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste item, por meio de assinatura de termo de adesão a este Regulamento (“Termo de Adesão”).

Parágrafo 3º: Previamente à assinatura do Contrato de Cessão e na escolha dos Direitos Creditórios o GESTOR adotará como política geral de seleção, em especial para os

Direitos Creditórios vencidos, que irão compor a parcela preponderante da carteira, o respeito à seguinte equação, que norteará a escolha dos Direitos Creditórios:

$$\text{Preço de Aquisição} \leq \sum_0 \left[ \frac{R_n - C_n}{(1 + IGPM_n + \Theta_n)^n} \right] + \frac{VR}{(1 + IGPM_n + \Theta_n)^n}$$

Na qual: R = recuperação bruta dos Direitos Creditórios

C = custo de cobrança dos Direitos Creditórios

VR = valor residual da carteira de Direitos Creditórios em análise

IGPM = índice de inflação esperada ao longo do período de recuperação da carteira (mensal)

$\Theta$  = fator de risco da carteira definido pelo GESTOR e Agente Cobrador; especificamente para cada aquisição de Direitos Creditórios (fator mensal)

n = número de meses de recuperação da carteira

Artigo 12: Os documentos que formalizam a origem e a exeqüibilidade dos Direitos Creditórios ("Documentos Comprobatórios de Crédito"), consistirão em contratos celebrados entre os Cedentes, ou cedentes originários que vieram a ceder os Direitos Creditórios ao Cedente, e seus clientes devedores e/ou garantidores ("Devedores"), bem como todos os demais documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive pela via judicial.

Artigo 13: Após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, o FUNDO deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios.

Artigo 14: Qualquer aquisição de Direitos Creditórios de valor superior a 10% (dez por cento) do valor das quotas subscritas (integralizadas ou não integralizadas) dependerá de prévia aprovação da assembléia geral de quotistas.

Parágrafo 1º: Sempre que a assembléia geral de quotistas aprovar uma operação de aquisição de Direitos Creditórios será disponibilizado no Demonstrativo Trimestral seguinte do FUNDO, no mínimo, as informações sobre a natureza dos respectivos Direitos Creditórios, seu processo de origem e concessão, seguindo o padrão constante do anexo ao presente regulamento, bem como o parecer de advogado de que trata o § 1º do artigo 7º da Instrução CVM nº 444/06.

Parágrafo 2º: O GESTOR providenciará para que seja enviado aos cotistas e à ADMINISTRADORA, juntamente com a convocação da assembléia de que trata o *caput*, o referido parecer de advogado acerca da validade da constituição e da cessão dos



Direitos Creditórios ao FUNDO. Ademais, uma vez aprovada a operação, a ADMINISTRADORA deverá disponibilizar o referido parecer em seu próprio *site* e no da CVM, por meio do sistema CVMWeb.

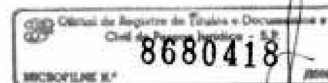
Artigo 15: É permitido ao FUNDO, por decisão do GESTOR realizar as seguintes operações com os Direitos Creditórios em carteira:

- a) retroceder tais Direitos Creditórios para o seu respectivo Cedente, desde que essa operação seja permitida nos termos do Contrato de Cessão desses Direitos Creditórios;
- b) alienar tais Direitos Creditórios para qualquer terceiro, na forma e nos limites do respectivo Contrato de Cessão;
- c) manter os Direitos Creditórios em carteira a fim de receber os valores pagos diretamente pelos respectivos Devedores; e
- d) efetuar a baixa contábil do Direito Creditório se, em virtude do decurso de tempo, a cobrança deste se demonstrar economicamente inviável.

Artigo 16: O FUNDO pode aplicar o remanescente de seu patrimônio líquido em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional;
- d) certificados e recibos de depósito bancário, de emissão do Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A., Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Real S.A., Banco Santander Banespa S.A., Banco do Brasil S.A., ou Caixa Econômica Federal; e
- e) quotas de fundos de investimento (FI's) e fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos (FICFI's) das classes Referenciado e Renda Fixa, nos termos da Instrução CVM nº 409/2004.

Parágrafo 1º: Os ativos acima relacionados serão contabilizados segundo as práticas e procedimentos de mercado, observado ainda os critérios de precificação previstos no Manual de Marcação a Mercado do CUSTODIANTE. Em relação aos Direitos Creditórios, a contabilização deverá seguir o disposto no artigo 40 do presente regulamento.



Parágrafo 2º: Todos os ativos componentes da carteira do FUNDO que não se enquadrem nos itens expressamente previstos no *caput* serão considerados como Direitos Creditórios.

Artigo 17: O FUNDO não poderá realizar operações com derivativos, salvo para proteção de posições detidas à vista, até o limite destas.

Artigo 18: Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio.

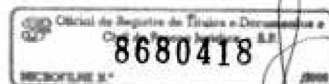
Artigo 19: O FUNDO não aplicará em *warrants* e em contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como em títulos ou certificados representativos desses contratos.

## **CAPÍTULO V – DOS FATORES DE RISCO**

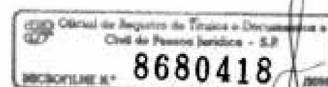
Artigo 20: Não obstante a diligência do GESTOR em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que o GESTOR mantenha sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para o quotista.

Parágrafo Único: Os recursos que constam na carteira do FUNDO estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- a) **RISCO DE CRÉDITO DECORRENTE DO INVESTIMENTO PREPONDERANTE EM DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS:** consiste no risco dos Direitos Creditórios já adquiridos após o respectivo vencimento não serem pagos ou serem quitados parcialmente, em virtude do insucesso das ações de cobrança e/ou de limitações na capacidade financeira dos Devedores.
- b) **RISCO DE CRÉDITO EM GERAL:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FUNDO, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. As aplicações do FUNDO em Direitos Creditórios caracterizam operações cujo risco de crédito se concentra, em primeira instância, na capacidade financeira de seus Devedores.

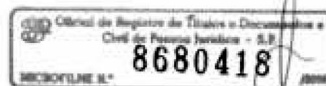


- c) **RISCO DE LIQUIDEZ:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o GESTOR poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos, que podem, inclusive, obrigar a ADMINISTRADORA a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates aos quotistas do FUNDO, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- d) **RISCO DE MERCADO:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.
- e) **AUSÊNCIA DE PRÉVIA E CLARA DEFINIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS:** Uma vez que a política de investimento do FUNDO está pautada na capacidade do GESTOR em identificar carteiras com taxa de desconto e custos de cobrança compatíveis com os objetivos de retorno do FUNDO, mas não atrelada a prazos, valores ou condições pré-definidas de originação e concessão dos créditos, a ausência de rígidos critérios de elegibilidade pode agravar o risco do FUNDO.
- f) **RISCOS EXTERNOS:** O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da ADMINISTRADORA e do GESTOR, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.
- g) **RISCOS MACROECONÔMICOS:** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças



legislativas, poderão resultar em perda, pelos quotistas, do valor de principal de suas aplicações.

- h) **RISCO DE DESCASAMENTO DE TAXAS DE JUROS:** Mudanças nas condições de mercado poderão acarretar descasamento entre as taxas de juros praticadas no mercado e as taxas de juros estabelecidas no instrumento que deu origem aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO, resultando em perda de rentabilidade durante o período de maturação dos créditos;
- i) **RISCO DE INSUCESSO NAS AÇÕES DE COBRANÇA:** A carteira do FUNDO também poderá ser composta por direitos creditórios vencidos. A dificuldade na localização dos Devedores, assim como a situação patrimonial dos Devedores representa um risco adicional ao recebimento dos Direitos Creditórios.
- j) **MODALIDADE DE INVESTIMENTO RECENTE E SOFISTICADA:** O FUNDO se enquadra em modalidade de investimento recentemente instituída em nosso País e que, ademais, tem o grau de sofisticação e complexidade inerente a uma operação de securitização de recebíveis. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente essas peculiaridades, dentre as quais, risco de liquidez dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros que compõem o seu patrimônio líquido. Tais peculiaridades podem trazer consequências negativas ao patrimônio líquido, ou podem tornar o investimento ilíquido.
- k) **RISCOS RELATIVOS A PERDAS EM AÇÕES JUDICIAIS:** O FUNDO eventualmente terá a necessidade de despender recursos com a defesa de seus interesses junto ao Poder Judiciário, para a execução das cobranças e/ou defesa da eficácia dos Direitos Creditórios. O ingresso em juízo submete, ainda, o FUNDO à discricionariedade e o convencimento dos julgadores das ações.
- l) **FALTA DE DEFINIÇÃO CLARA DO PERFIL DE RISCO:** O FUNDO se caracteriza pela falta de definição das principais premissas que definirão seu perfil de risco, sendo algumas destas: a ausência de definição do tipo de carteira de direitos creditórios a serem adquiridas pelo FUNDO, a participação de cada uma destas no seu PL, seu perfil de risco de crédito, auditorias, taxas que renderão estes ativos e sua rentabilidade, a taxa de cessão, mecanismo de cobrança de créditos em atraso, etc.
- m) **AUSÊNCIA DE GARANTIAS ADICIONAIS:** O FUNDO não possui classe de quota subordinada que poderia suportar maior risco e parte significativa de eventuais perdas. Ademais, não há pré-definição de garantias como colateral e/ou



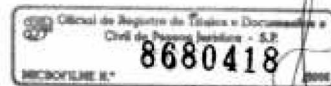
cobrigação (estes dois últimos fatores serão definidos caso a caso, no momento de aquisição das carteiras). Os critérios de concentração por cedente e por sacado limitam-se ao disposto no artigo 10º, parágrafo 3º do Regulamento;

- n) **RISCO DE DERIVATIVOS:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do FUNDO, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o FUNDO, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao FUNDO.
- o) **POSSIBILIDADE DE EVENTUAL CONFLITO DE INTERESSE:** Os prestadores de serviços ao FUNDO já atuam ou podem vir a atuar conjuntamente em outros projetos, em especial de fundos de investimento, como parceiros comerciais ou prestadores de serviços. Adicionalmente, na escolha do Agente Cobrador não haverá qualquer impedimento quanto à opção por sociedade ligada ou controlada por um dos prestadores de serviços ao FUNDO.
- p) **INEXISTÊNCIA DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS:** Em razão do limite por devedor ou co-obrigado existente no regulamento e do reduzido valor médio dos Direitos Creditórios o CUSTODIANTE está eximido da responsabilidade de efetuar a citada verificação. Tal dispensa pode acarretar em prejuízos ao FUNDO.

#### **CAPÍTULO VI - DA ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA**

Artigo 21: Somente poderão integrar a carteira de investimentos do FUNDO os Direitos Creditórios que atendam aos seguintes critérios de elegibilidade:

- I) tenham sido objeto de seleção pelo GESTOR;
- II) possua rotina de cobrança pré-definida e acordada com o Agente Cobrador e o CUSTODIANTE;
- III) a operação tenha sido aprovada pela assembléia geral de quotistas (caso as características da operação se enquadrem nas descritas no artigo 14, acima);
- IV) a assinatura do Contrato de Cessão tenha sido precedida do seguinte roteiro operacional:

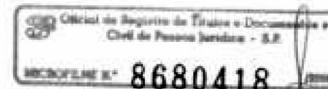


- a) notificação, por escrito, do GESTOR à ADMINISTRADORA e ao CUSTODIANTE, recomendando e aprovando a aquisição, pelo FUNDO, de determinada carteira de Direitos Creditórios, a qual identificará e indicará os Direitos Creditórios objeto de aquisição pelo FUNDO e o preço desta aquisição, sempre selecionados pelo GESTOR por oferecerem relação risco x retorno compatível com o FUNDO, devendo ainda ser ratificado, pelo GESTOR, ao CUSTODIANTE e à ADMINISTRADORA, que os Direitos Creditórios por ele recomendados estão de acordo com os critérios de concessão de crédito tratados no Artigo 11 do presente Regulamento;
- b) notificação, por escrito, do CUSTODIANTE ao GESTOR e à ADMINISTRADORA, por meio da qual o CUSTODIANTE informará que está apto a registrar contabilmente, monitorar e custodiar os Direitos Creditórios que serão objeto de aquisição pelo FUNDO, conforme seleção apresentada pelo GESTOR;
- c) previsão de que a guarda física dos documentos comprobatórios dos Direitos Creditórios selecionados pelo GESTOR será realizada por depositário fiel, previamente indicado pelo GESTOR; e
- d) assinatura com o Agente Cobrador do contrato de prestação de serviços de cobrança dos Direitos Creditórios que serão objeto de aquisição pelo FUNDO, tornando-se, portanto, a existência deste contrato um pré-requisito para a assinatura de qualquer Contrato de Cessão.

Parágrafo 1º: Para os fins das notificações constantes do roteiro operacional, citado no parágrafo anterior, será admitida comunicação via correio eletrônico.

Parágrafo 2º: Os investimentos do FUNDO se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento, sempre observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável (em especial o previsto no Artigo 40, §9º, I da Instrução CVM 356), observado que:

- a) nos termos do artigo 10, parágrafo 3º, alínea “b”, o total do preço de aquisição dos Direitos Creditórios de obrigação de cada devedor ou co-obrigado não poderá ser superior a 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do FUNDO; e
- b) em respeito o parágrafo 4º, também do artigo 10, o valor médio dos Direitos Creditórios adquiridos não poderá ser superior a 0,3% (zero vírgula três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

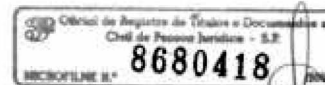


Parágrafo 3º. Em virtude do reduzido valor médio dos Direitos Creditórios e a grande pulverização de Devedores, decorrente dos limites ratificados no parágrafo anterior, fica o CUSTODIANTE eximido da obrigação de verificação por amostragem de que trata o artigo 38 da instrução CVM 356.

Artigo 22: A cobrança dos direitos creditórios integrantes da carteira do FUNDO será realizada através dos seguintes procedimentos, sem prejuízo de outros que, caso a caso, o responsável pela cobrança do Direito Creditório julgar conveniente:

- I. no caso de Direitos Creditórios a vencer:
  - a) notificação do Devedor, por meio de correspondência específica ou no próprio boleto a que se refere a alínea seguinte, da existência do Contrato de Cessão;
  - b) envio de boleto bancário e/ou aviso de cobrança, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da respectiva data do vencimento, com a indicação de conta corrente de titularidade do FUNDO para pagamento.
- II. no caso de Direitos Creditórios vencidos:
  - a) inicialmente, a cobrança será feita pelas vias e mecanismos extrajudiciais, que o Agente Cobrador julgar mais adequado, tais como contatos telefônicos, notificações por correspondência escrita, ou qualquer outro mecanismo de cobrança extrajudicial, obedecendo-se aos limites legais previstos na legislação vigente, respeitando, sempre que aplicável, os limites do Código de Defesa do Consumidor;
  - b) a cobrança do devedor principal, seu eventual fiador, avalista ou demais co-obrigados poderá ser feita, também, a critério do GESTOR e/ou do Agente Cobrador, e independentemente do disposto na alínea anterior, por meio de ações de cobrança e execuções judiciais de contratos e garantias.

Parágrafo Único: Os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo FUNDO terão processos de origem e de políticas de concessão de crédito variados e distintos e, portanto, sem prejuízo dos procedimentos genéricos descritos no artigo 11, o FUNDO adotará diferentes estratégias para cobrança de Direitos Creditórios a vencer e/ou procedimentos de cobrança extrajudicial e/ou judicial de Direitos Creditórios vencidos e não adimplidos a serem acordados entre o FUNDO, o GESTOR e o Agente Cobrador, de acordo com as características da carteira ou modalidade de Direitos Creditórios. As referidas estratégias específicas deverão ser implementadas pelo GESTOR ou Agente



Cobrador, sempre buscando sucesso no pagamento de tais Direitos Creditórios em benefício do FUNDO e observando os princípios éticos de cobrança. Todo quotista, ao ingressar no FUNDO, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste item, por meio de assinatura de Termo de Adesão.

## **CAPÍTULO VII - DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Artigo 23: Será de competência privativa da Assembléia Geral de quotistas do FUNDO:

- I tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;
- II alterar o Regulamento do FUNDO;
- III deliberar sobre a substituição da ADMINISTRADORA ou do GESTOR;
- IV deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela ADMINISTRADORA, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- V alterar o prazo de duração do FUNDO e/ou os Periodos de Investimento e Desinvestimento do FUNDO;
- VI deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do FUNDO;
- VII aprovar a aquisição de carteira de Direitos Creditórios (assim entendido o conjunto de Direitos Creditórios adquiridos em uma mesma operação de cessão) de valor superior a 10% (dez por cento) do valor das quotas subscritas (integralizadas ou não integralizadas), com base nas informações relativas à natureza dos respectivos Direitos Creditórios, seu processo de origem e concessão, bem como o parecer de advogado acerca da validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios ao FUNDO que serão providenciados pelo GESTOR.

Parágrafo Único: O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares de determinação da CVM, incluindo correções e ajustes de caráter não material, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.



Artigo 24: A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos direitos e dos interesses dos quotistas.

Parágrafo Único: Somente pode exercer as funções de representante de quotistas pessoa física ou jurídica que não exerça cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do FUNDO e atenda aos seguintes requisitos:

- I ser quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas;
- II não exercer cargo ou função na ADMINISTRADORA, em seu controlador, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- III não estar ligado, direta ou indiretamente, a qualquer devedor de direitos creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

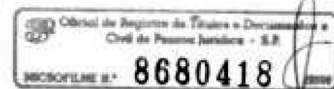
Artigo 25: A convocação da Assembleia Geral de Quotistas do FUNDO far-se-á mediante anúncio publicado no(s) periódico(s) de que trata o inciso III, do artigo 4º ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada quotista, do qual constará, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º: A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento aos quotistas.

Parágrafo 2º: Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento aos quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 3º: Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a ADMINISTRADORA tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios ou cartas endereçados aos quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Parágrafo 4º: Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os quotistas.



Parágrafo 5º: Para efeito do disposto no Parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio ou a carta com aviso de recebimento de primeira convocação.

Artigo 26: Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Quotistas pode reunir-se por convocação da ADMINISTRADORA ou de quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

Artigo 27: Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de, pelo menos, um quotista em primeira ou segunda convocação, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos quotistas presentes, correspondendo a cada quota subscrita um voto, ressalvado o disposto nos Parágrafos 1º, 2º e 3º deste artigo.

Parágrafo 1º: Têm qualidade para comparecer à Assembleia Geral, além dos quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.

Parágrafo 2º: Não têm direito a voto na Assembleia Geral a ADMINISTRADORA e seus empregados.

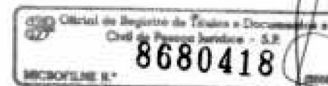
Parágrafo 3º: As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 23, incisos III a VI, deste Regulamento serão tomadas em primeira convocação pela maioria das cotas emitidas e integralizadas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

Artigo 28: As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo Único: A divulgação referida no caput deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista.

Artigo 29: As modificações no Regulamento aprovadas pela Assembleia Geral de Quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I lista de quotistas presentes na Assembleia Geral;
- II cópia da ata da Assembleia Geral;



- III exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV modificações procedidas no prospecto.

### **CAPÍTULO VIII – EMISSÃO, COLOCAÇÃO, NEGOCIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS E LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

Artigo 30: As quotas do FUNDO serão todas de uma mesma classe, não havendo divisão em subclasses ou séries. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de quotista. Observado o disposto neste Capítulo, as características, os direitos e obrigações das quotas serão idênticos.

Artigo 31: As quotas serão avaliadas por empresa classificadora de risco (*rating*) especializada. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

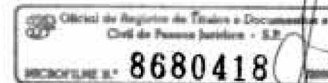
Parágrafo Único: Caso ocorra o rebaixamento do *rating* de quotas do FUNDO, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I comunicação a cada quotista das razões do rebaixamento; e
- II envio a cada quotista ou publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO, de que trata o inciso III do Artigo 4º, do relatório da empresa de classificação de risco.

Artigo 32: No caso de liquidação do FUNDO, os titulares de quotas terão o direito de partilhar o patrimônio nas proporções dos valores para resgate de quotas, no limite desses valores. Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas. No caso de liquidação antecipada do FUNDO, admite-se resgate de quotas em direitos creditórios. Não haverá afetação ou vinculação de parcela do patrimônio do FUNDO a qualquer classe ou série de quotas.

Artigo 33: O FUNDO poderá emitir ao longo do período de investimento, a critério da ADMINISTRADORA e ouvido previamente o GESTOR, até 150 (cento e cinquenta) quotas. Inicialmente, o fundo contará com a emissão de 5 (cinco) quotas com as características dispostas a seguir:

Emissor: HEDGING GRIFFO MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS



Distribuidores: A Distribuidora Líder.

Valor total da emissão: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Valor mínimo da emissão: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) As quotas não subscritas até a data de encerramento da colocação de cada emissão serão imediatamente canceladas.

Número de séries: Série única.

Prazo de Duração: O mesmo do FUNDO.

Preço de subscrição da quota: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Quantidade de quotas: 5 (cinco quotas).

Integralização: A integralização das quotas do FUNDO, se dará em até 2 (dois) anos, exclusivamente em moeda nacional, conforme chamados da ADMINISTRADORA e respeitados os termos do compromisso de investimento firmado pelo quotista.

Forma de colocação: Pública, a ser realizada pela ADMINISTRADORA.

Negociação secundária: As quotas estarão registradas para negociação via CETIP.

Artigo 34: Após a emissão inicial, quaisquer novas emissões feitas pelo FUNDO poderão ser realizadas, até o limite de quotas indicado no *caput* do artigo anterior, se:

- a) a ADMINISTRADORA ouvido o GESTOR entender conveniente a distribuição de novas quotas do FUNDO;
- b) a ADMINISTRADORA contratar empresa especializada para desenvolvimento de laudo de avaliação das quotas do FUNDO, de modo a determinar o preço de subscrição das novas quotas, que não poderá ser inferior aos R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da emissão inicial, ficando estipulado que o que exceder este valor será considerado como ágio nas novas emissões;



- c) a ADMINISTRADORA efetuar o registro de distribuição das novas quotas, nos termos da regulamentação vigente, devendo do pedido e do material de distribuição constar, no mínimo, as mesmas informações acima descritas para a distribuição inicial, sem prejuízo de outras exigidas pela legislação vigente.

Artigo 35: A amortização das quotas do FUNDO atenderá o disposto na regulamentação vigente. Após os 03 (três) primeiros meses da integralização inicial de quotas do FUNDO, a ADMINISTRADORA, conforme orientação do GESTOR, realizará amortizações trimestrais, devendo, para isso, comunicar por escrito cada quotista por carta com aviso de recebimento ou através de anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO, com um prazo mínimo de 3 (três) dias da data estabelecida para crédito da efetiva amortização. A amortização trimestral prevista neste Artigo 35 compreenderá todos os recursos líquidos existentes no caixa do FUNDO, provenientes do pagamento/liquidação ou alienação dos Direitos Creditórios, exceto a sobra, a ser definida pelo GESTOR e informada à ADMINISTRADORA com 10 (dez) dias de antecedência de cada amortização, para honrar os encargos do FUNDO pelos próximos 90 (noventa) dias.

Parágrafo 1º: Para efeitos de amortização de quotas, será considerado o valor da quota vigente na data de amortização, deduzido de eventuais despesas, tributos e taxas.

Parágrafo 2º: Não haverá resgate de quotas a não ser por ocasião do término do prazo de duração do FUNDO ou na sua liquidação.

## **CAPÍTULO IX – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS**

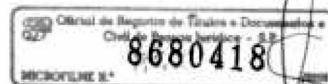
Artigo 36: Entender-se-á por patrimônio líquido do FUNDO a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Parágrafo 1º: Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

Parágrafo 2º: As quotas do FUNDO correspondem a frações ideais de seu patrimônio.

Artigo 37: As quotas do FUNDO terão seu valor calculado mensalmente. O valor da quota será apurado até o 3º (terceiro) dia útil posterior ao encerramento do mês a que se referir.

Artigo 38: Os quotistas assumem inteira responsabilidade pela liquidação de eventual ocorrência de patrimônio negativo do FUNDO, obrigando-se por consequentes aportes adicionais de recursos.



Artigo 39: Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO, negociados em bolsa ou mercado de balcão organizado, serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, e segundo os critérios de precificação constantes do Manual de Marcação a Mercado do CUSTODIANTE.

Artigo 40: Os Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO, por serem ativos que não têm um mercado de negociação, serão avaliados pelo custo de aquisição, sendo que:

- a) os Direitos Creditórios a vencer serão precificados com apropriação de rendimentos (correspondentes ao deságio do valor de face e parcelas variáveis a receber, tais como juros ou bônus, conforme Contrato de Cessão) exponencial, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento, devendo ser aplicada provisão para devedores duvidosos, seguindo as regras do COSIF.
- b) os Direitos Creditórios vencidos serão precificados com uma desvalorização linear, após uma carência inicial de três meses, considerando o valor de aquisição, da data de assinatura do Contrato de Cessão até o término do prazo limite razoável de cobrança ("PLRC"), a ser definido pelo GESTOR, com o auxílio do Agente Cobrador, caso existente. Atingido o PLRC o Direito Creditório atingirá o preço equivalente a zero. Nesta hipótese não se aplica as regras para provisão de devedores duvidosos.

Artigo 41: Será admitida a aquisição por um mesmo investidor de todas as quotas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de dispersão das quotas do FUNDO.

## **CAPÍTULO X - DOS ENCARGOS DO FUNDO**

Artigo 42: Constituem encargos do FUNDO, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance previstas neste Regulamento, as seguintes despesas que podem ser debitadas pela ADMINISTRADORA:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos quotistas;



- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da ADMINISTRADORA;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do FUNDO;
- i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- j) despesas com emissão, impressão e postagem de boletos, duplicatas ou demais títulos que instrumentalizam a cobrança os Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO; e
- l) despesas decorrentes de serviços de cobrança amigável e/ou judicial dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO que porventura não tiverem sido devidamente pagos pelos respectivos sacados Devedores, conforme contrato de cobrança.

Parágrafo Único: As despesas decorrentes de serviços de consultoria relativamente à análise e seleção dos ativos para integrarem a carteira do FUNDO, bem como quaisquer outras não previstas como encargos do FUNDO devem correr por conta da ADMINISTRADORA.

## **CAPÍTULO XI - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

Artigo 43: A ADMINISTRADORA irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO, tal como a eventual alteração da classificação de risco das quotas do FUNDO ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.



Parágrafo Único: A divulgação das informações previstas neste artigo deve ser feita por anúncio publicado no(s) periódico(s) de que trata o inciso III, do artigo 4º ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada quotista mantida disponível para os quotistas na sede da ADMINISTRADORA.

Artigo 44: A ADMINISTRADORA deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 45: A ADMINISTRADORA deve colocar as demonstrações financeiras do FUNDO à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- I de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- II de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 46: As demonstrações financeiras do FUNDO estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo Único: Os exercícios sociais do FUNDO têm duração de 1 (um) ano cada, com início em 31 de julho de cada ano.

## **CAPÍTULO XII – DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO**

Artigo 47: Poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO somente nas seguintes hipóteses:

- a) impossibilidade de o FUNDO adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento, identificada pelo GESTOR, durante o Período de Investimento;
- b) renúncia do CUSTODIANTE, sem que uma nova instituição assuma suas funções no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias;



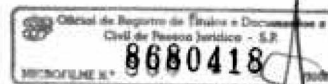
- c) por deliberação de assembléia geral de quotistas; e
- d) se o FUNDO mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

Artigo 48: Na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as quotas poderão ser resgatadas em direitos creditórios.

Artigo 49: Na hipótese de liquidação antecipada do FUNDO, os titulares de quotas terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para resgate e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os quotistas.

### **CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 50: Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao FUNDO ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.



**ANEXO**  
**AO REGULAMENTO DO CSHG MULTICARTEIRA**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

Informações mínimas que devem ser disponibilizadas no Demonstrativo Trimestral do FUNDO, conforme o disposto no artigo 14, § 1º, do Regulamento do FUNDO:

- I) Data da aquisição;
- II) Natureza dos direitos creditórios adquiridos;
- III) Natureza dos instrumentos jurídicos, contratos ou outros documentos representativos dos créditos;
- IV) Descrição dos processos de origem dos direitos creditórios;
- V) Descrição das políticas de concessão dos créditos;
- VI) Parecer de advogado de que trata o § 1º do artigo 7º da Instrução CVM nº 444/06.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios  
Não- Padronizados  
**CSHG MULTICARTEIRA FIDC - NP**

Relatório Analítico

**Rating  
Preliminar**

**B+**

As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.

Data: 22/fev/2008  
Validade: 22/abr/2008

**FUNDAMENTOS DO RATING**

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião no dia 22 de fevereiro de 2008, atribuiu o *Rating* Preliminar **B+** ("B mais"), com perspectiva **estável**, às Cotas do CSHG Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (CSHG Multicarteira FIDC-NP).

O CSHG Multicarteira FIDC-NP está constituído sob a forma de condomínio fechado e tem prazo de duração de 6 (seis) anos. O fundo conta com uma única classe de Cotas (ex.: inexistência de diferenciação entre Cotas Seniores e Cotas Subordinadas) e não especifica no seu Regulamento um objetivo de remuneração específico (*Benchmark*) para suas Cotas. O valor total da emissão será de até R\$ 150.000.000,00 (cento cinquenta milhões de reais), este representado por 150 (cento e cinquenta) cotas com valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão.) O Fundo realizará uma emissão inicial de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) não podendo ser esta inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

O CSHG Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, no longo prazo, através da aplicação, preponderantemente, na aquisição de carteiras de direitos creditórios, vencidos e/ou a vencer, originados de operações financeiras, comerciais, imobiliárias, de prestações de serviços, de arrendamento mercantil e / ou industriais, realizadas por instituições financeiras e outras sociedades atuantes no mercado brasileiro nos segmentos anteriormente referidos, em linha com as condições especificadas na política de investimento e nos critérios de elegibilidade descritos no seu Regulamento. O Fundo pode aplicar o restante de seu patrimônio líquido (PL) em: i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; iv) certificados e recibos de depósito bancário em bancos de baixo risco de crédito; v) cotas de fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos das classes Referenciado e Renda Fixa. O Fundo não poderá realizar operações com derivativos, salvo para proteção de posições detidas à vista, até o limite destas.

Com relação aos critérios de concentração, o Fundo deverá, após 90 (noventa) dias de cada integralização de cotas, alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios. Considerando uma média, em qualquer período de 180 (cento e oitenta) dias, o PL do Fundo deverá estar investido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em Direitos Creditórios vencidos. O Fundo não poderá alocar quantia equivalente a i) mais de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total das cotas subscritas (integralizadas ou não integralizadas) em uma única operação de aquisição de carteira de Direitos Creditórios; ii) mais de 1% (um por cento) do seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios e outros ativos de um mesmo devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade. O valor médio dos Direitos Creditórios adquiridos não poderá ser superior a 0,3% (zero vírgula três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Qualquer aquisição de Direitos Creditórios de valor superior a 10% (dez por cento) do valor das cotas subscritas (integralizadas ou não integralizadas) deverá ser submetida a aprovação prévia da assembléia geral de cotistas.

**Analistas:**

Maurício Bassi  
Tel.: 55 11 3377 0709  
mauricio.bassi@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros  
Rua Leopoldo Couto Magalhães,  
110 – conj. 73  
São Paulo – SP  
CEP 04542-000  
Tel.: 55 11 3377 0707  
Fax: 55 11 3377 0739  
www.austin.com.br

A avaliação do risco do FIDC foi realizada utilizando exclusivamente seu regulamento como base para a análise, instrumento que define, em grandes linhas, as características / estrutura do Fundo. Ressalta-se, paralelamente, que, devido ao fundo não incorporar um objetivo de remuneração para as cotas (ex.: *benchmark*), a avaliação se limita à definição da probabilidade de recebimento, por parte dos cotistas, do principal investido no momento do resgate.

Desse modo, a classificação atribuída se fundamentou basicamente nas características normativas do regulamento, que dispõe sobre pontos mitigadores de risco, restringindo e/ou explicitando as formas de atuação dos Gestores, principalmente no que diz respeito à composição da carteira e requisitos para aquisição desta. Também considera pontos no regulamento que contribuem para o aumento do risco do Fundo, seja liberando os gestores para livre atuação na composição da carteira e aquisição dos títulos ou mesmo especificando formas de atuação na composição da carteira que contribuem para este aumento.

Um ponto importante está na especificação (presente no regulamento do FIDC) sobre a obrigatoriedade dos direitos creditórios que poderão ser adquiridos pelo Fundo, de estarem associados às vendas de mercadorias já entregues ou serviços já prestados no momento da aquisição (ex.: direitos creditórios performados). Esta cláusula mitiga riscos vinculados à contestação do pagamento, por parte do devedor. Similarmente, a classificação atribuída se fundamenta na estruturação do fundo sob a forma de condomínio fechado, o qual mitiga riscos de liquidez (vinculados a saques por parte de seus cotistas fora do cronograma de amortização).

A classificação também foi impactada de forma positiva pela definição explícita, na minuta do regulamento do fundo, de outros ativos (além de direitos creditórios) que podem ser adquiridos pelo fundo. Destaca-se, neste sentido, o baixo perfil de risco dos mesmos, com impacto positivo na classificação atribuída. Porém, uma avaliação mais precisa do impacto destes títulos está condicionada ao funcionamento e avaliação da performance do Fundo, uma vez que não é possível especificar com antecedência o quanto destes títulos será mantido em carteira, pelos gestores, podendo ser de 0 (zero) a 50% (cinquenta por cento) dos recursos disponíveis.

Destacam-se, como ponto mitigador de risco, os critérios de concentração da carteira em direitos creditórios dispostos no regulamento, que impactaram de forma positiva a classificação atribuída. Dentre os critérios de concentração da carteira, o regulamento dispõe sobre a impossibilidade de haver mais de 1% (um por cento) do PL em um mesmo sacado e/ou coobrigado, o que reduz o risco de perdas no valor das cotas, em função de inadimplência e/ou não recuperação de créditos inadimplentes. Outros critérios de concentração que impactam positivamente, porém com menor intensidade, são: i) o Fundo não pode concentrar mais de 25% (vinte e cinco por cento) das cotas subscritas na aquisição de uma mesma carteira de direitos creditórios, diminuindo um pouco os riscos de impacto dessa, uma vez que, cada carteira segue uma política de crédito específica com seus riscos de inadimplência específicos; ii) o Fundo também não pode ter valor médio de direitos creditórios superior a 0,3% (zero vírgula três por cento) do PL, o que, de certa forma, facilita o recebimento destes e proporciona maior liquidez para a carteira; iii) o fato de o Fundo ter que submeter à aprovação da assembleia geral a aquisição de títulos de crédito em valor superior a 10% das cotas subscritas propicia aos cotistas um certo controle, quanto à concentração em aquisições de carteiras, o que contribui para mitigar os riscos.

A classificação atribuída também considerou a excelente reputação das partes envolvidas na operação, entre estas, destacamos: (i) o Administrador - Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.; (ii) o Gestor do FIDC – a Credit Suisse Hedging-Griffo Asset Management S.A. - com ampla experiência no mercado de capitais brasileiro, particularmente na estruturação e administração de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios; (iii) o Custodiante - Banco Santander S.A. – instituição financeira de elevada solidez, contribuindo para limitar os riscos de intervenção e liquidação, e com experiência nas atividades de custódia.

A classificação atribuída foi impactada de forma negativa por fatores ainda não definidos, em regulamento, até o momento desta avaliação. Destacamos principalmente a falta de definição e/ou identificação da natureza das carteiras de direitos creditórios que compõem o ativo do Fundo. Embora o Regulamento defina seu caráter – originados de operações financeiras, comerciais, imobiliárias, de prestação de serviços, de arrendamento mercantil, e

/ ou industriais realizadas por instituições financeiras e outras sociedades - ele não especifica sua natureza. Desse modo, o Fundo poderá adquirir carteiras de crédito de diversas modalidades (crédito pessoal, crédito consignado, financiamento ao consumo, crédito imobiliário, etc.) ou recebíveis originados por empresas, fornecedoras de diferentes tipos de mercadorias, prestando diferentes tipos de serviços a uma vasta multiplicidade de sacados e atuando em múltiplos segmentos da economia. Estes fatores representam uma elevada heterogeneidade de riscos nos direitos creditórios que poderão compor a carteira do Fundo, o que afeta negativamente sua classificação de risco. Embora a presença de direitos creditórios de múltipla natureza possa ser considerada como fator de diversificação, o que afetaria positivamente a classificação, a ausência de limites devidamente especificados no seu regulamento para a participação de cada tipo de direito creditório (natureza do crédito, segmento de atividade do cedente e sacado, etc.) elimina este efeito positivo e deixa em aberto a possibilidade de concentração em direitos creditórios da mesma natureza, o que afeta negativamente o perfil de risco do Fundo.

Paralelamente, e potencializando os efeitos negativos dos fatores de risco mencionados no parágrafo anterior, é impossível identificar o perfil de risco do originador dos direitos creditórios que comporão a carteira do Fundo, assim como o perfil dos devedores (sacados). Este fator afeta negativamente a classificação, por impossibilitar a adequada identificação dos riscos associados aos cedentes (e sacados). Entre alguns dos fatores de risco associados aos cedentes e sacados, destacamos: (i) perfil de risco de crédito das carteiras a serem adquiridas pelo FIDC (atrasos, inadimplência, perdas); (ii) procedimentos / política de crédito dos cedentes; (iii) características dos contratos a serem cedidos ao fundo; (iv) capacidade de originação do cedente (essencial para a continuidade do fundo); (vii) perfil de risco de crédito (corporativo) dos cedentes (e sacados); e (v) riscos de caráter macro e microeconômicos, que possam afetar diretamente o cedente (sacado) ou seu segmento de atuação.

A classificação também foi impactada, de forma negativa, pela ausência de subordinação no fundo, sendo que eventuais inadimplências e / ou perdas na carteira de direitos creditórios terão um impacto (negativo) direto no valor das cotas. Desse modo, perdas associadas ao não pagamento dos créditos adquiridos pelo FIDC serão totalmente assumidas por seus cotistas (através do impacto negativo destes eventos no PL do fundo). Paralelamente, a ausência de um perfil de rentabilidade *ex-ante* da(s) carteira(s) de direitos creditórios a ser adquirida pelo fundo impossibilita a avaliação da mesma, como fator de proteção para o valor das cotas (ex.: através da constituição de um colchão de proteção). A classificação também considerou de forma negativa a inclusão no Regulamento do fundo da obrigatoriedade de adquirir direitos creditórios vencidos.

Outro aspecto que impactou negativamente a classificação foi a obrigatoriedade de se investir uma média mínima de 50% (cinquenta por cento) do PL, podendo chegar a 100%, numa faixa de tempo de 180 dias, escolhida aleatoriamente, em direitos creditórios vencidos. Isto se materializa em um fator de risco substancial, na medida em que possibilita concentrar todo o PL do Fundo em direitos creditórios vencidos, cujo período de recebimento e qualidade dos sacados e carteira são desconhecidos. Este fator de risco é ainda mais relevante, se for considerada a heterogeneidade de direitos creditórios que podem ser adquiridos pelo Fundo e a ausência de subordinação. Destaca-se, paralelamente, a ausência de mecanismos de coobrigação por parte do cedente ou a definição (explícita no regulamento) de garantias específicas para a colateralização dos créditos a serem adquiridos pelo fundo. Estes fatores serão definidos caso a caso, no momento de aquisição das carteiras. Porém, é importante considerar como ponto mitigador de riscos que os direitos creditórios de alto risco serão adquiridos com uma taxa de desconto elevada, proporcional ao nível de risco percebido, o que contribui para mitigar riscos de não recebimento dos créditos e manutenção do valor das cotas.

O CSHG Multicarteira FIDC-NP não especifica um objetivo de remuneração para suas cotas, o que mitiga o risco de mercado associado ao descasamento de indexadores. No entanto, os efeitos de variação nas taxas de juros básicas (e de mercado), as quais podem afetar a rentabilidade dos direitos creditórios, particularmente daqueles de caráter financeiro, não podem ser devidamente incorporados nesta avaliação, dado a falta de informação, especificamente sobre sua estrutura por taxas. Paralelamente, as variáveis macroeconômicas e microeconômicas que podem afetar a rentabilidade dos contratos, o perfil de risco corporativo dos cedentes, sua capacidade de originação, o perfil de risco

de crédito dos sacados (e cedentes, caso exista coobrigação), entre outros fatores, não podem ser consideradas com precisão. Isso devido à falta de definição, primeiro na natureza dos créditos que o fundo virá a adquirir, a participação de cada um deles no seu ativo, o caráter genérico de seus documentos de constituição, particularmente seu regulamento.

Como um todo, a classificação do fundo variará, ao longo do tempo, em função da melhor definição dos fatores acima mencionados. Assim, na medida em que o fundo especifique objetivamente uma carteira particular como objeto de aquisição, será possível reavaliar a classificação atribuída em função do perfil de risco desta, sua rentabilidade, assim como as condições da cessão (ex.: taxa de desconto, garantias, coobrigação, etc.).

A seguir, apresentaremos de forma resumida alguns dos fatores positivos e em observação que definiram o perfil de risco do fundo.

#### **Fatores Positivos**

- O CSHG Multicarteira FIDC-NP poderá adquirir exclusivamente direitos creditórios performados;
- As partes envolvidas na operação, essencialmente o Administrador, o Custodiante e o Gestor, contam com elevada reputação no mercado de capitais brasileiro;
- A política de investimento incorpora a possibilidade de investimento em títulos públicos e demais ativos de renda fixa e de baixo risco de crédito, diversificando o perfil de risco do fundo e possibilitando a incorporação de ativos rendendo taxas pós-fixadas, equilibrando assim, o perfil de taxas do fundo e mitigando efeitos negativos de aumentos nas taxas básicas de juros;
- Fundo constituído sob forma de condomínio fechado, mitigando riscos de liquidez;
- A ausência de um *benchmark* de remuneração mitiga, em grande medida, riscos de mercado (associados à variação das taxas que rendem os ativos às taxas que incidem os passivos do fundo);
- A aquisição das carteiras de direitos creditórios que representem acima de 10,0% do valor das cotas subscritas deve passar pela assembléia geral dos cotistas;
- Existência de critérios de concentração restritos por sacado e/ou coobrigado, bem como o percentual que cada título deve representar.

#### **Fatores em Observação**

- O FIDC deverá adquirir direitos creditórios de sacados em atraso ou inadimplentes, com percentual médio mínimo de 50% do PL, para cada 180 dias de observação;
- O Fundo se caracteriza pela falta de definição de algumas premissas que definirão seu perfil de risco, sendo algumas destas: a ausência de definição do tipo de carteira de direitos creditórios a serem adquiridas pelo fundo, sendo estipulado apenas que cada carteira não pode passar de 25% do PL, seu perfil de risco de crédito, auditorias, taxas que renderão estes ativos e sua rentabilidade, a taxa de cessão, etc.;
- Ausência de subordinação (classe única de cotas);
- Ausência de garantias, colateral e/ou coobrigação (estes dois últimos fatores serão definidos caso a caso, no momento de aquisição das carteiras).

#### **CONFIRMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RATING**

A classificação atribuída ao CSHG Multicarteira FIDC NP será confirmada, uma vez apresentada a versão final do: (i) regulamento do fundo; (ii) instrumento particular de contrato de promessa de cessão e aquisição de direitos creditórios e (iii) prospecto de distribuição pública de cotas, assim como a definição da empresa de auditoria independente. A Austin Rating acompanhará os riscos relativos ao CSHG Multicarteira FIDC NP, especialmente aqueles relativos à qualidade de sua carteira. A cada trimestre será divulgado um relatório sintético, contendo a



**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios  
Não-Padronizados**

**CSHG MULTICARTEIRA FIDC - NP**

opinião da Austin sobre o risco de pagamento das cotas. Esta classificação estará permanentemente sujeita a alterações.

**PERFIL DO FUNDO**

O CSHG Multicarteira FIDC NP é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº. 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pelas Instruções da Comissão Valores Mobiliários (CVM) nº. 356 de 17 de dezembro de 2001 e nº 444 de 08 de dezembro de 2006. O FIDC conta com as seguintes características:

<b>Tipo de Fundo:</b>	Fundo constituído sob a forma de condomínio fechado;
<b>Emissão Inicial:</b>	Até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e mínimo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
<b>Colocação da cota:</b>	Distribuição Pública;
<b>Público-Alvo:</b>	Investidores Qualificados;
<b>Patrimônio Líquido:</b>	Até R\$ 150.000.000,00 (cento cinquenta milhões de reais);
<b>Valor unitário por Cota:</b>	R\$ 1.000.000,00 (um milhão);
<b>Numero de Cotas:</b>	Até 150 (cento cinquenta) Cotas;
<b>Número de Séries:</b>	Única;
<b>Relação Cotas Seniores / Cotas Subordinadas:</b>	Classe Única de Cotas;
<b>Prazo:</b>	6 (seis) anos;
<b>Objetivo de Remuneração:</b>	Sem objetivo de remuneração;
<b>Ativo do Fundo:</b>	Direitos creditórios performados, vencidos e/ou a vencer, originados de operações financeiras, comerciais, imobiliárias, de prestações de serviços, de arrendamento mercantil e/ou industriais realizadas por instituições financeiras e outras sociedades atuantes no mercado brasileiro, nos segmentos anteriormente referidos, doravante denominados ("Direitos Creditórios");
<b>Administrador:</b>	Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.;
<b>Gestor:</b>	Credit Suisse Hedging-Griffo Asset Management S.A.;
<b>Auditor Independente:</b>	Não definido;
<b>Custodiante:</b>	Banco Santander S.A.;
<b>Consultoria Jurídica:</b>	Não definido;
<b>Cobrança:</b>	Não definido.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios  
Não-Padronizados  
**CSHG MULTICARTEIRA FIDC - NP**

**Classificação da Austin Rating**

*Investimento Prudente*

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

*Investimento Especulativo*

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

*Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.*

**Rating** é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: [www.austin.com.br](http://www.austin.com.br)

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

# CSHG MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS

(“FUNDO”)

CNPJ Nº 09.308.952/0001-41

Administradora

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte) - Rio de Janeiro - RJ

Distribuidora do FUNDO

**CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre IV, 7º andar, Itaim, São Paulo - SP

Gestão da Carteira do FUNDO

**CREDIT SUISSE HEDGING-GRIFFO ASSET MANAGEMENT S.A.**

Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre III, 6º andar, Itaim, São Paulo - SP

Auditor Independente

**KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, São Paulo - SP

Custodiante

**BANCO SANTANDERS S.A.**

Rua Amador Bueno, nº 474, São Paulo - SP

Agência Classificadora de Risco

**AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães, Jr., nº 110, 7º andar, Conjunto 73, São Paulo - SP

Este Prospecto está disponível no Website:

[www.luzpublicidade.com.br](http://www.luzpublicidade.com.br)



(11) 3121-5555